

Organização:

FUNARBE
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

UFV
Universidade Federal
de Viçosa



AKSAAM

Financiamento:

FIDA
Investindo nas populações rurais

Um novo retrato da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Norte

a partir dos dados do Censo
Agropecuário 2017



Um novo retrato da agricultura familiar do Rio Grande do Norte: a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017

Realização: Projeto AKSAAM - Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados - IPPDS/UFV

Financiamento:

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Coordenador: Marcelo José Braga

Autoria: Rosimere Miranda Fortini

Coleta de dados: Rosimere Miranda Fortini

Mapas: Jayme Muzzi Duarte Junior

Layout e Editoração: Adriana Freitas

Capa: Adriana Freitas

Revisão Linguística: Juliano Pires

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa – Campus Viçosa**

F742n
2021

Fortini, Rosimere Miranda, 1993-

Um novo retrato da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico] : a partir dos dados do censo agropecuário 2017 / Rosimere Miranda Fortini ; coordenador Marcelo José Braga -- Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2021.

1 livro eletrônico (pdf, 14,2 MB).

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader.

Disponível em: www.aksaam.ufv.br

ISBN 978-85-66148-14-5

1. Agricultura familiar – Rio Grande do Norte. 2. Projeto de desenvolvimento agrícola – Rio Grande do Norte. I. Braga, Marcelo José, 1969-. II. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Projeto Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados. III. Título.

CDD 22. ed. 338.98132

SUMÁRIO

CARACTERIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE E DA AGRICULTURA FAMILIAR PRESENTE NESTE ESTADO	7
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	29
ACESSO À TECNOLOGIA E AO CONHECIMENTO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	61
ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	75
REFERÊNCIAS	82
ANEXO 1	83
ANEXO 2	91
ANEXO 3	93
ANEXO 4	95

CARACTERIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE E DA AGRICULTURA FAMILIAR PRESENTE NESTE ESTADO



CARACTERIZANDO O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O estado do Rio Grande do Norte está localizado na Região Nordeste do Brasil, fazendo divisa com Paraíba (ao sul), Ceará (ao oeste) e limitado pelo Oceano Atlântico (a norte e a leste).

Área

O Rio Grande do Norte abrange 6,9% do território brasileiro, possuindo 52.809 km², sendo o quinto menor estado do país em termos de extensão territorial (IBGE, 2019).

Divisão do território

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide o Rio Grande do Norte em 4 mesorregiões e 19 microrregiões. Todas as mesorregiões têm acesso direto ao litoral, com exceção do Agreste Potiguar. O Rio Grande do Norte ainda é subdividido em 167 municípios.

Outro ponto é que o estado possui uma posição geográfica privilegiada, sendo a Unidade da Federação Brasileira mais próxima dos continentes da Europa e da África.

População e situação domiciliar

O estado do Rio Grande do Norte, segundo as estimativas do IBGE de 2020, possui 3.534.165 habitantes. Em termos de densidade populacional, fica em décimo lugar, com 59,99 habitantes/km² (IBGE, 2010).

Quanto à situação domiciliar, o Rio Grande do Norte é o décimo sexto estado brasileiro em termos de percentual de população residente na área urbana, com 77,8%. E o décimo segundo no ranking dos estados brasileiros, com o maior percentual de pessoas que residem na área rural, com 22,2% (IBGE, 2010).

Número de estabelecimentos de agricultores familiares

No Censo Agropecuário de 2017, foram visitados 63.452 estabelecimentos rurais no Rio Grande do Norte, sendo que, desses, 50.680 foram classificados como sendo de agricultura familiar, correspondendo a 79,9% (IBGE, 2017). O Rio Grande do Norte tem o menor percentual de estabelecimentos de agricultores familiares visitados pelo Censo Agropecuário, comparando-o aos demais estados da região Nordeste.

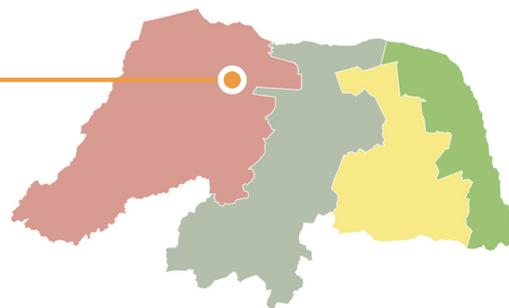


RIO GRANDE DO NORTE

MESORREGIÕES DO ESTADO

Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Norte

Oeste Potiguar Agreste Potiguar
Central Potiguar Leste Potiguar



Fonte: IBGE (2010)

Biomias e vegetação

O Rio Grande do Norte é formado por três biomas: a Mata Atlântica (3% do estado), a Caatinga (88% do estado) e a faixa de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica (9% do estado) (RIO GRANDE DO NORTE, 2014). Na região litorânea, são identificadas duas características vegetais: os mangues e a floresta Atlântica. No oeste do estado, em que há elevadas temperaturas e chuvas irregulares, a cobertura vegetal que predomina é a Caatinga. As formações vegetais do estado determinam sete ecossistemas: Caatinga (com uma predominância de 80% da cobertura vegetal no estado), Mata Atlântica, Cerrado, Floresta das Serras, Floresta Ciliar de Carnaúba, Vegetação das Praias e Dunas e os Manguezais.

Curiosidades do clima e do relevo

O clima, na maior parte do Rio Grande do Norte, é Tropical, sendo Tropical Úmido no litoral e Tropical Semiárido no interior. A temperatura, ao longo do ano, varia entre 20° C e 27° C. Além disso, é considerado uma das zonas mais secas do Brasil. A chuva é bastante irregular no interior do estado (em termos de quantidade e período), uma vez que pertence ao clima Semiárido e é mais abundante no litoral, em decorrência do clima Tropical. Devido à sua localização geográfica ser próxima ao Equador, há a predominância de elevadas temperaturas durante todo o ano e muitas horas/ano com insolação (RIO GRANDE DO NORTE, 2005a). Quanto ao relevo, o Rio Grande do Norte é formado por planícies, principalmente no litoral e por planaltos (a exemplo do Planalto da Borborema e depressões (como a Chapada do Apodi), em seu interior.

Recursos hídricos

No Rio Grande do Norte, há a presença de rios temporários como o Apodi-Mossoró e o Piranhas-Açu, que ficam secos no período sem chuvas. Além desses rios, há outros que cortam o Rio Grande do Norte e possuem muita importância para o estado: Potengi, Trairi, Seridó, Jundiá, Jacu e Curimataú.

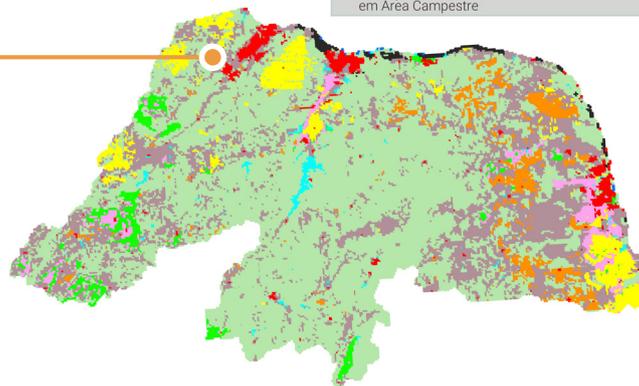
Desertificação

No Rio Grande do Norte, as Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) equivalem a 95,21%, abrangendo 159 municípios (RIO GRANDE DO NORTE, 2010). Segundo Moraes et al. (2010), há um quadro em que apenas a microrregião do Litoral Sul (2,4% da superfície potiguar) não demonstra susceptibilidade à desertificação. Na contramão, situa-se a região do Seridó, onde o nível intenso de degradação da terra originou o Núcleo de Desertificação (MORAIS et al., 2010). A ocorrência do fenômeno da desertificação é um problema, que destrói extensas áreas produtivas e/ou com vegetação nativa. As suas consequências vão além da esfera ambiental, uma vez que afetam também questões sociais, econômicas e políticas (ARAÚJO e SOUZA, 2017).



RIO GRANDE DO NORTE

MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA



Fonte: IBGE (2018)

PIB

O Rio Grande do Norte alcançou um PIB per capita de R\$ 18.333,19 no ano de 2017, sendo um valor abaixo do indicador médio nacional (R\$31.843,95). Por meio do mapa, observa-se uma significativa desigualdade na produção de riquezas por habitante no Rio Grande do Norte.

A economia do Rio Grande do Norte depende, principalmente, da produção de bens primários, a exemplo de gêneros agrícolas e extração de minerais. O turismo também é um setor importante para o estado, devido às praias e à rica cultura.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Rio Grande do Norte era de 0,357 em 1991 e saltou para o nível médio de 0,646 em 2010, sendo o quarto no Nordeste e o décimo sexto entre os 27 estados brasileiros. Uma peculiaridade do estado é que regiões com município com melhores IDHM são aquelas mais isoladas da região metropolitana. Além disso, na última década, na maior parte do Rio Grande do Norte, apesar dos avanços ocorridos na educação, a estagnação no âmbito da saúde e da renda resultou em índices gerais inferiores no universo do IDHM (NONATO JUNIOR e THÉRY, 2017)

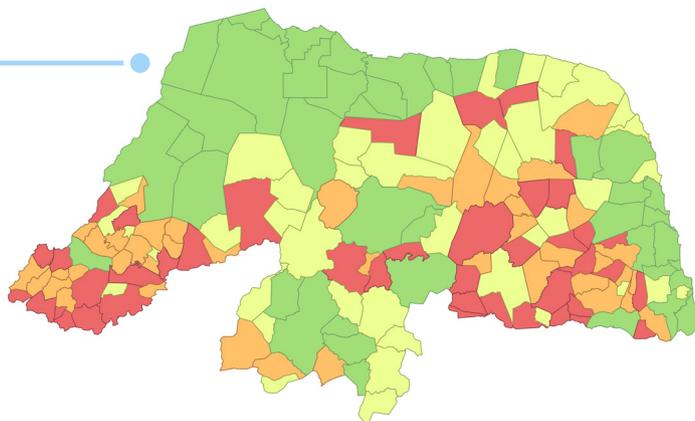


RIO GRANDE DO NORTE

PIB per Capita

A PREÇOS CORRENTES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

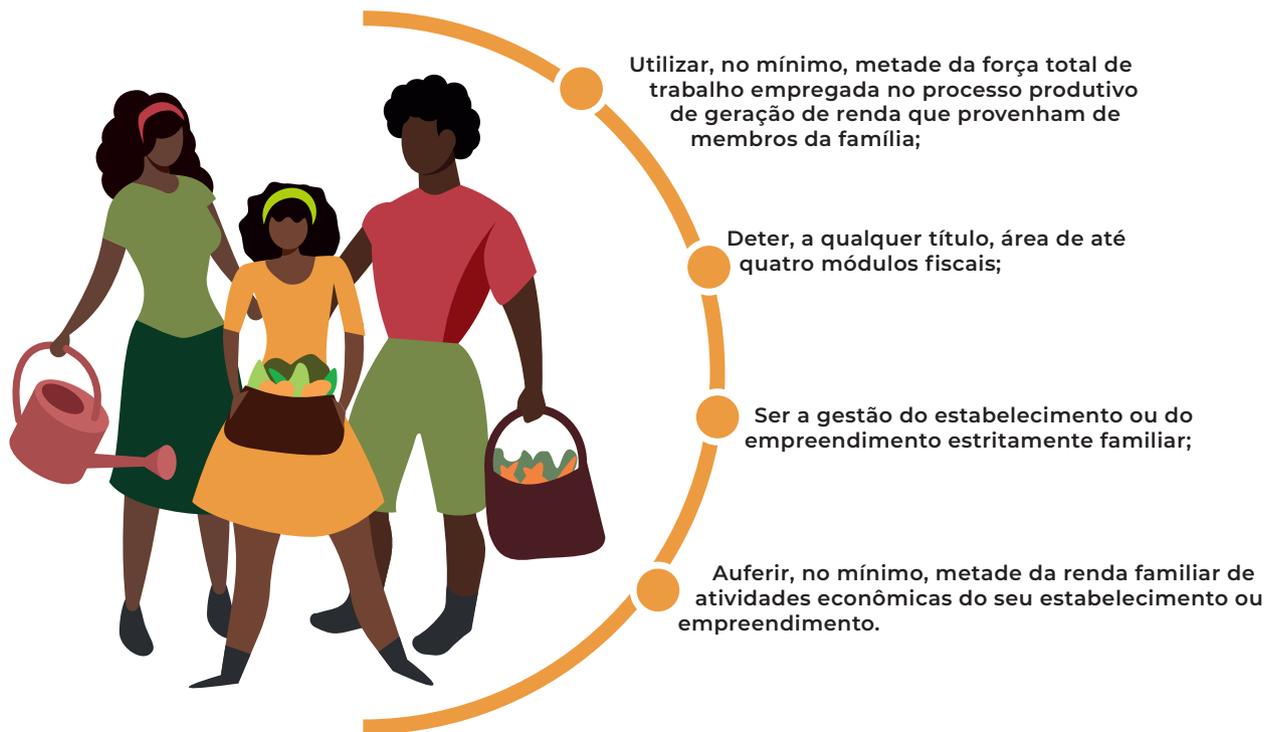
PIB per capita	
RS\$3.797 a RS\$4.739	RS\$5.154 a RS\$6.782
RS\$4.739 a RS\$5.154	RS\$6.782 a RS\$56.464



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2019)

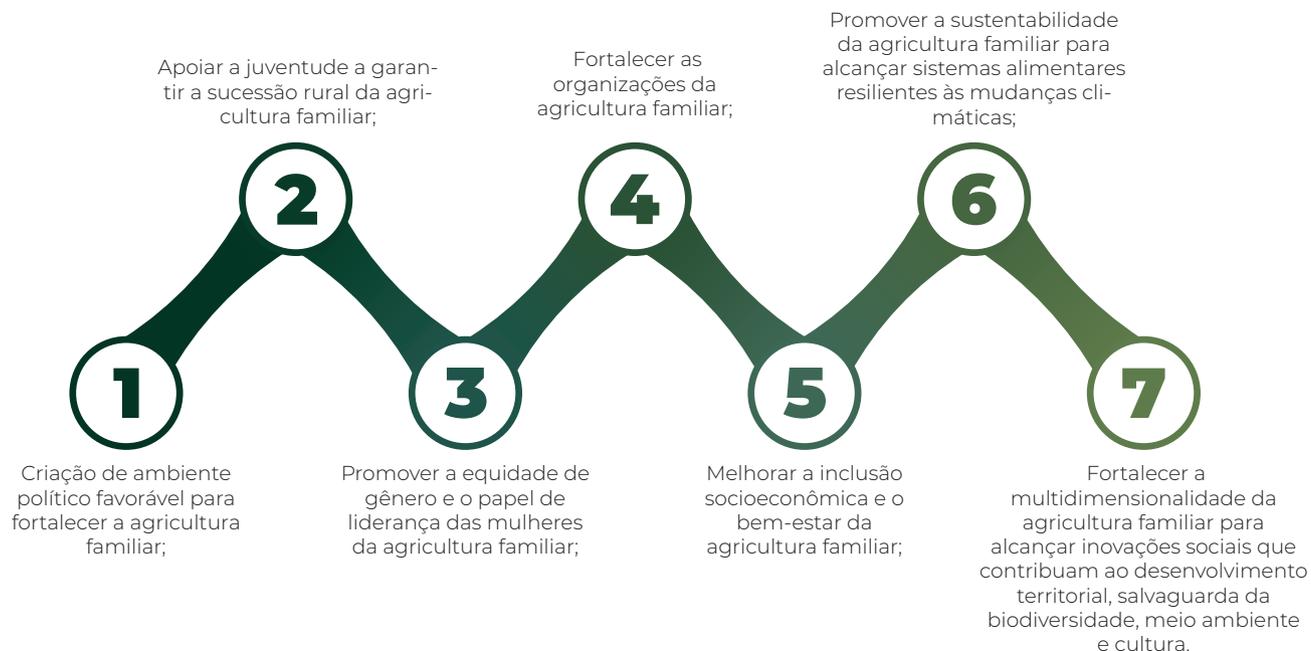
DEFINIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em setembro de 2019, ocorreu a celebração, no plenário da Câmara, dos 13 anos da Lei da agricultura familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006). Posto que, em seu artigo 3º, é apresentada a definição legal em que considera como agricultor familiar e/ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos:



*Nota: Essa é a atual definição legal da agricultura familiar no Brasil por meio da Lei nº 11.326 de 24/julho/2006, regulamentada pelo Decreto nº 9064 de 31/maio/2017, e por portarias ministeriais complementares. Comparada ao texto original da referida Lei, observa-se que ocorreram mudanças nos pontos relacionados à mão de obra familiar e à renda.

Nesse mesmo evento, a Câmara dos Deputados lançou, oficialmente, o período 2019-2028 como a Década da agricultura familiar. O plano tem sete pilares que visam melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar da agricultura familiar. Além disso, pretende incentivar a sustentabilidade, a multifuncionalidade e a capacidade de mitigarem as mudanças climáticas.



O ato está em conformidade com o plano de ação global contra a fome e a pobreza, anunciado em maio de 2019, em Roma, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O intuito é que esta década sirva como um marco para a promoção de melhores políticas públicas para a agricultura familiar e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E A ÁREA OCUPADA

Os Censos Agropecuários realizados em 2006 e 2017, pelo IBGE, deram atenção especial à agricultura familiar, a partir da aplicação do conceito da Lei nº 11.326, gerando estatísticas oficiais sobre esse segmento. Este foi resultado do reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, da importância econômica e social da agricultura familiar como fonte geradora de ocupação, renda e alimento para o País.

O IBGE, por meio do Censo Agropecuário, investiga informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor responsável e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Além disso, o estabelecimento agropecuário é a unidade de coleta e análise desse Censo, que corresponde a toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda (IBGE, 2017).

77,0%

dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares no Brasil.



Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, aproximadamente **3,9 milhões de estabelecimentos** atenderam aos critérios e foram classificados como sendo da agricultura familiar no Brasil.

79,9%

dos estabelecimentos são de agricultores familiares no Rio Grande do Norte e ocupam 34,8% da área total explorada pela atividade agropecuária no estado.





Estabelecimentos de agricultores familiares (%)

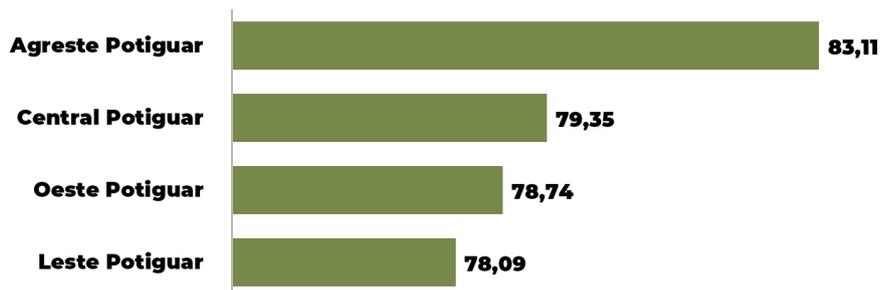
↓**6,9%** na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares do estado do Rio Grande do Norte.

Em um período de onze anos, observa-se que ocorreu uma **diminuição do percentual de estabelecimentos classificados como sendo de agricultores familiares no Rio Grande do Norte.**

Segundo os pesquisadores Antônio Carlos Simões Florido e Mauro Eduardo Del Grossi, esse fenômeno pode estar relacionado às **mudanças metodológicas**, que ocorreram no Censo Agropecuário de 2017, quanto à definição dos estabelecimentos da agricultura familiar. Isso em razão de que, com as mudanças nos dois critérios da Lei nº 11.326 da Agricultura Familiar, foi necessária a atualização do algoritmo que delimita os estabelecimentos desse segmento no Censo para que se conservasse uma classificação compatível. A referida atualização resultou em estabelecimentos rurais que não foram mais classificados como sendo de agricultura familiar.

Nesse mesmo período também ocorreram: (i) o predomínio da renda com atividades fora do estabelecimento na composição da renda familiar; (ii) o crescimento do uso de mão de obra contratada. Ambos acontecimentos também levaram à redução de estabelecimentos enquadrados como sendo de agricultura familiar.

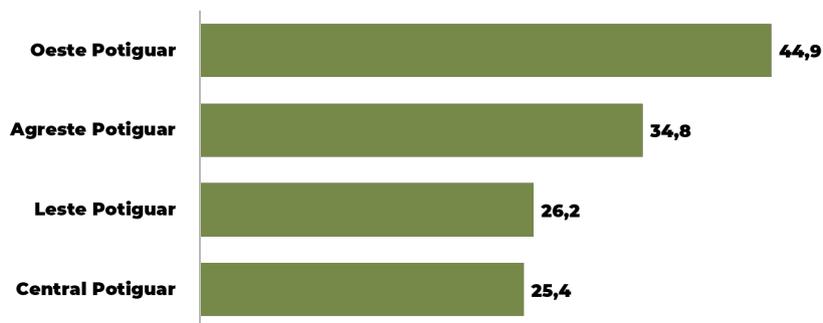
Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares em relação ao total de estabelecimentos de cada mesorregião do estado do Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, em todas as mesorregiões do Rio Grande do Norte, há um maior percentual de estabelecimentos considerados como sendo de agricultores familiares. Além disso, os estabelecimentos da agricultura familiar do estado estão concentrados nas mesorregiões: Oeste Potiguar (41,7%) e Agreste Potiguar (25,8%).

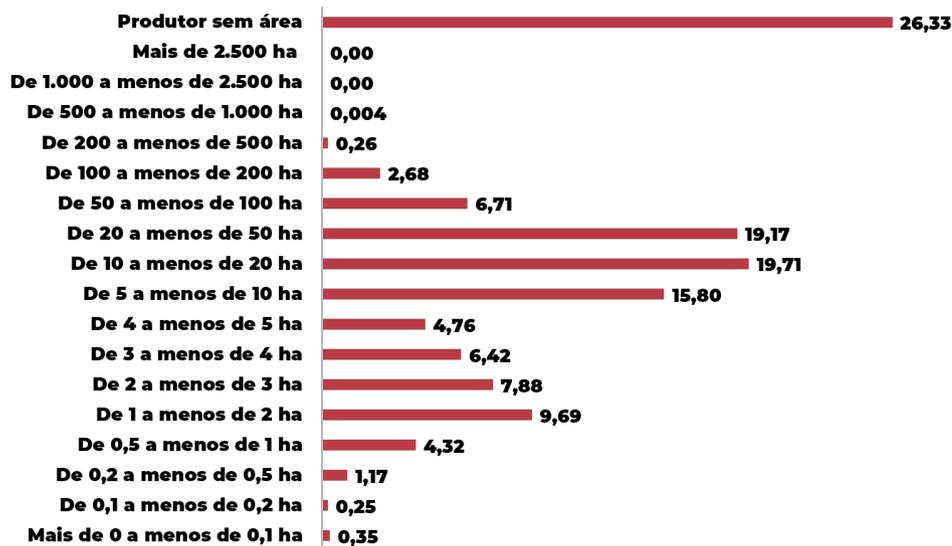
Percentual de área ocupada pelos estabelecimentos de agricultores familiares em relação ao total de cada mesorregião do estado do Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

GRUPOS DE ÁREA

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte por grupos de áreas



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

No Rio Grande do Norte, há uma concentração de estabelecimentos de agricultores familiares com área entre 5 e 50 hectares, correspondendo a 54,7%. Além disso, 24,0% possuem entre 1 e 4 hectares. Há também um percentual expressivo (26,3%) de estabelecimentos de produtores sem área.

Da mesma forma, um percentual de estabelecimentos de agricultores familiares, mesmo que pequena, em grupos de área maiores. Para Antônio Carlos Simões Florido, uma possível explicação para isso é a presença de estabelecimentos que têm a extração vegetal não mecanizada como atividade econômica principal. Nesse caso, não há um limite de tamanho. Assim, torna-se possível a existência de agricultores familiares em grupos de áreas maiores.



Varição na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares em cada grupo de área entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017

De 0 a menos de 0,1 ha	↓ 83,5%	De 5 a menos de 10 ha	↑ 21,9%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	↓ 74,3	De 10 a menos de 20 ha	↑ 27,2%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	↓ 59,0%	De 20 a menos de 50 ha	↑ 30,7%
De 0,5 a menos de 1 ha	↓ 25,1%	De 50 a menos de 100 ha	↑ 13,4%
De 1 a menos de 2 ha	↓ 23,3%	De 100 a menos de 200 ha	↑ 47,7%
De 2 a menos de 3 ha	↓ 6,0%	De 200 a menos de 500 ha	↓ 18,9%
De 3 a menos de 4 ha	↑ 2,8%	De 500 a menos de 1000 ha	↓ 59,9%
De 4 a menos de 5 ha	↑ 14,7%	Produtor sem área	↑ 353,9%

GÊNERO DO DIRIGENTE RESPONSÁVEL



83,4%

(masculino)

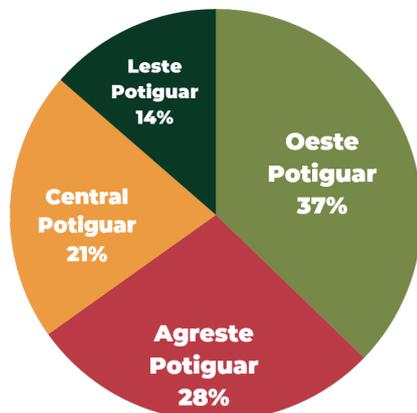


16,6%

(feminino)

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, a maioria dos dirigentes responsáveis pelos estabelecimentos, enquadrados como sendo de agricultura familiar, é homem. Para todas as mesorregiões do Rio Grande do Norte, essa diferença se replica.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres em cada mesorregião em relação ao total desses estabelecimentos dirigidos por mulheres na Rio Grande do Norte



Os estabelecimentos dirigidos por mulheres estão concentrados nas mesorregiões Oeste e Agreste Potiguar, somando 65%.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.



Comparação entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017 para o estado do Rio Grande do Norte

Variação na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares em cada tipo de gênero do dirigente responsável

↓ **5,3%** na proporção de estabelecimentos dirigidos por homens.

↑ **39,5%** na proporção de estabelecimentos dirigidos por mulheres.

As **MULHERES ESTÃO CADA VEZ MAIS PRESENTES** na direção dos estabelecimentos do que em anos passados, refletindo, assim no aumento do empoderamento por meio da participação em tomada de decisões.



COR OU RAÇA DO DIRIGENTE RESPONSÁVEL

Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares do estado do Rio Grande do Norte dirigidos pelo produtor responsável segundo a sua cor ou raça

Branca



39,7%

Preta



8,6%

Amarela



0,7%

Parda



50,7%

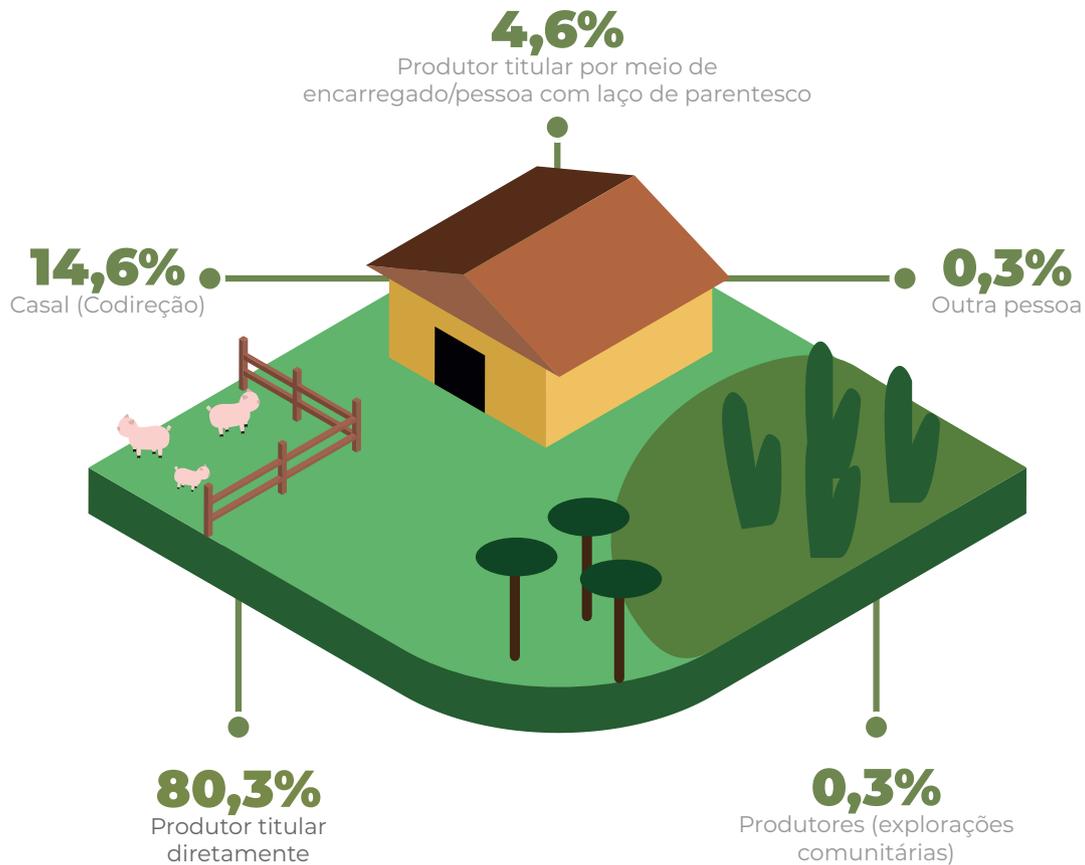
Indígena



0,3%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

TIPO DE DIREÇÃO DOS TRABALHOS DO ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017

CLASSES DE IDADE DOS PRODUTORES RESPONSÁVEIS NOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR



9,5%

Possuem mais de 75 anos

18,2%

Possuem de 65 a menos de 75 anos

23,4%

Possuem de 55 a menos de 65 anos

23,4%

Possuem de 45 a menos de 55 anos



16,3%

Possuem de 35 a menos de 45 anos

7,9%

Possuem de 25 a menos de 35 anos

1,3%

Possuem menos de 25 anos

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Constata-se, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, que 63,1% dos estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte são dirigidos por pessoas entre 35 e 65 anos, 27,7% por pessoas acima de 65 anos e apenas 9,2% por pessoas com até 35 anos.



Variação na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares em cada faixa etária

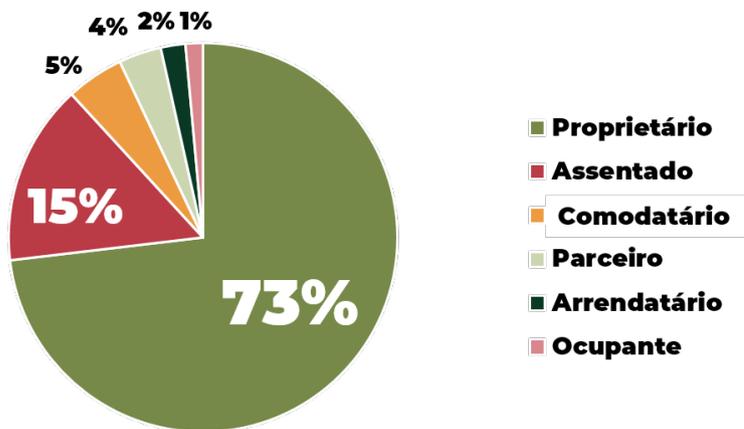
Menos de 25 anos	↓58,1%	De 45 a menos de 55 anos	↑13,35%
De 25 a menos de 35 anos	↓39,4%	De 55 a menos de 65 anos	↑9,9%
De 35 a menos de 45 anos	↓18,1%	Mais de 65 anos	↑26,0%

A comparação entre os Censos de 2017 e de 2006 demonstra o aumento do percentual de estabelecimentos de agricultores familiares dirigidos por pessoas com mais de 45 anos e a redução do percentual, principalmente, daqueles estabelecimentos que são dirigidos por pessoas com idade inferior a 45 anos. Tal situação vai ao encontro com o que está acontecendo no resto do Brasil, em que se observa o encolhimento do percentual de jovens no campo, enquanto a população rural fica mais velha.

Por conseguinte, esse ponto é um dos grandes desafios para a sustentação e o fortalecimento da agricultura familiar. Uma vez que é imprescindível a ampliação das políticas já existentes e a criação de outras, buscando estimular o planejamento da sucessão familiar e a fixação dos jovens no meio rural, para que esses exerçam as atividades agropecuárias. Além de programas de apoio aos produtores mais velhos, dando a eles boas condições para que mantenham as atividades agropecuárias do estabelecimento, tenham qualidade de vida e que consigam realizar um planejamento sucessório.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO AS TERRAS

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte por tipo de condição do produtor responsável em relação à propriedade rural



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Ficou na dúvida com alguns conceitos? Então se liga na nota explicativa

Proprietário

Quando a área do estabelecimento agropecuário é de propriedade do produtor responsável.

Assentado

Produtor com área de terras concedidas por órgão fundiário, sem título definitivo (inclusive assentamento e com concessão de direito real de uso) até a data de referência.

Arrendatário

Produtor que explora terras de terceiros mediante pagamento de uma quantia fixa, previamente ajustada, em dinheiro ou sua equivalência em produtos.

Parceiro

Produtor que explora terras de terceiros mediante pagamento de parte da produção (meia, terça, quarta etc.), previamente acordado entre as partes.

Comodatário

Produtor que explora terras de terceiros gratuitamente mediante contrato ou acerto entre as partes, no qual somente o comodatário assume as obrigações.

Ocupante

Produtor que explora terras pertencentes a terceiros (públicas ou particulares), pela qual o produtor, na data de referência, nada pagava por seu uso (ocupação ou posse).

Sem área

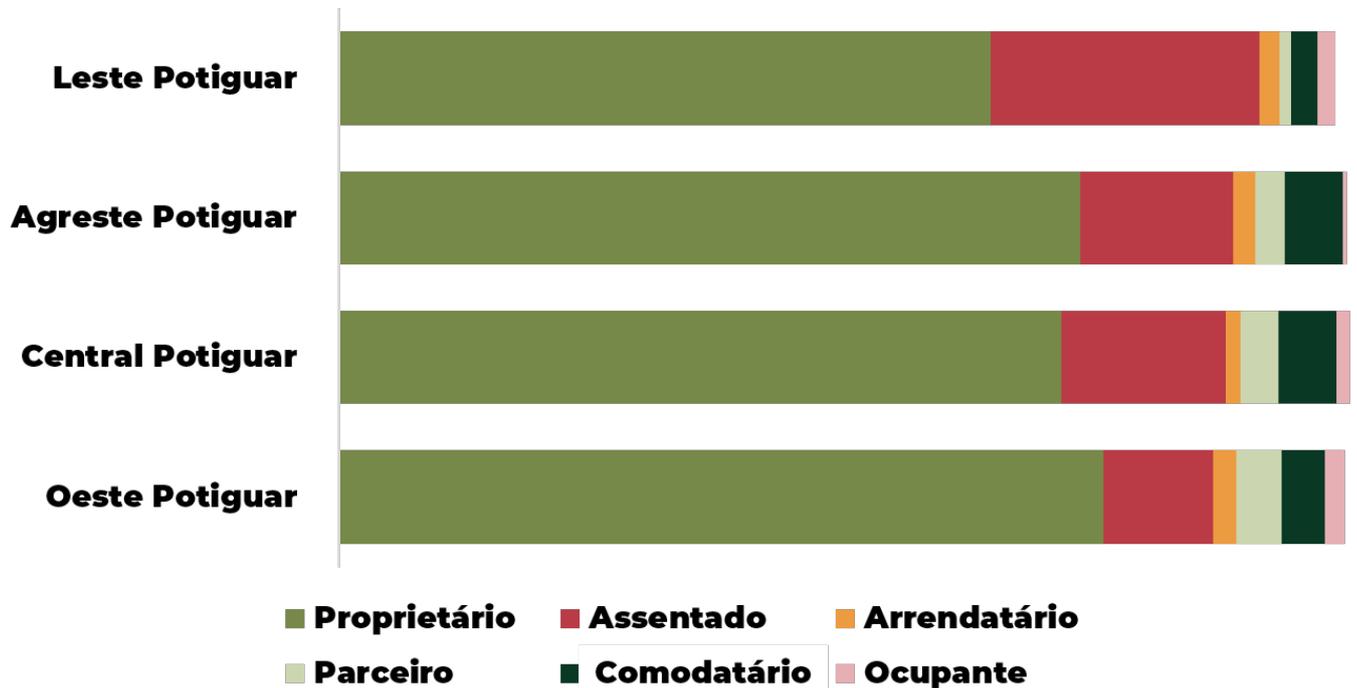
Produtor que exerce explorações agropecuárias para as quais não há a necessidade de possuir uma área circunscrita ou um espaço físico delimitado, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelas circunstâncias locais e pela natureza da região para exercer suas atividades produtivas (apicultor; extrativistas de matas ou florestas, a exemplo de babaçu, castanha-do-brasil, látex, lenha etc.; criador de animais em beira de estradas; produtor em vazantes de rios; em roça itinerantes; e em beira de estradas). Produtor que, no período de referência, produziu em terras arrendadas, em parceria ou ocupadas, mas que, na data de referência, não estava mais com uso dessas terras.

Fonte: IBGE, censo agropecuário 2017.



No que se refere às mesorregiões do estado do Rio Grande do Norte, constata-se a predominância de estabelecimentos de agricultores familiares dos quais os dirigentes são proprietários, seguido de assentados e comodatários.

Percentual de estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares por tipo de condição legal, em relação ao total de estabelecimentos de cada mesorregião do Rio Grande do Norte



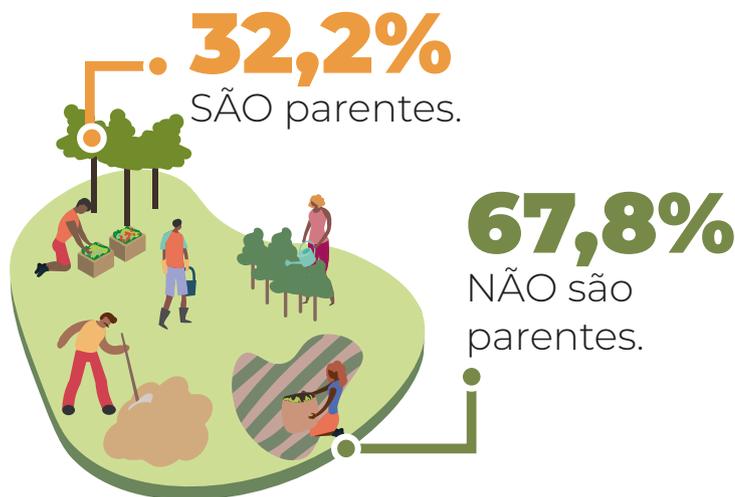
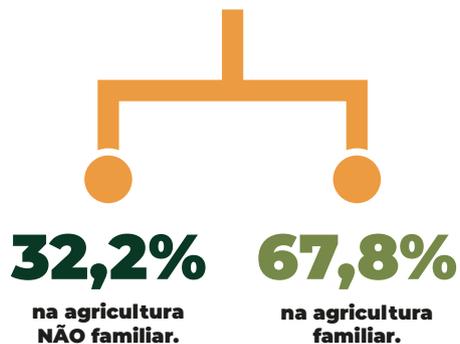
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO NORTE

No Estado do Rio Grande do Norte, há

213.883

pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários:



Das pessoas empregadas SEM LAÇO de parentesco com o produtor nos estabelecimentos dos agricultores familiares:

9,6%
PERMANENTES

89,2%
TEMPORÁRIOS

1,2%
PARCEIROS

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Dos
118.665
trabalhadores com laço de
parentesco nos estabelecimentos de
agricultores familiares de Rio Grande
do Norte:



**Varição na proporção de pessoal ocupado nos estabelecimentos dos
agricultores familiares (%)**

- ↓8,7%** na proporção de pessoal ocupado COM laço de parentesco.
- ↑74,9%** na proporção de pessoal ocupado SEM laço de parentesco.

**Varição na proporção de cada tipo de pessoal ocupado sem laço de parentesco
nos estabelecimentos dos agricultores familiares (%)**

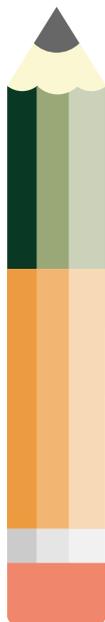
- ↓3,0%** na proporção de pessoal ocupado temporário.
- ↑29,0%** na proporção de pessoal ocupado permanente.
- ↑96,7%** na proporção de pessoal ocupado parceiro.

ASPECTOS EDUCACIONAIS DOS PRODUTORES RESPONSÁVEIS DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Leitura

55,6%

dos produtores de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte SABEM ler

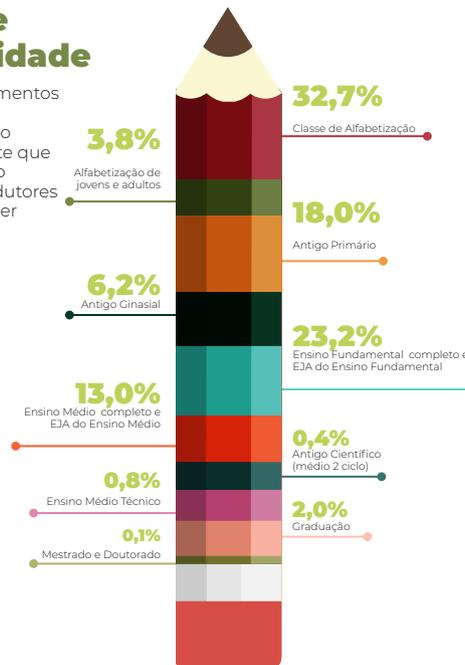


44,4%

dos estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte possuem, como dirigentes, produtores que NÃO sabem ler

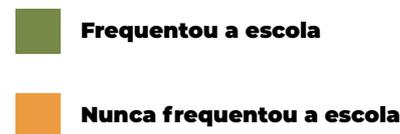
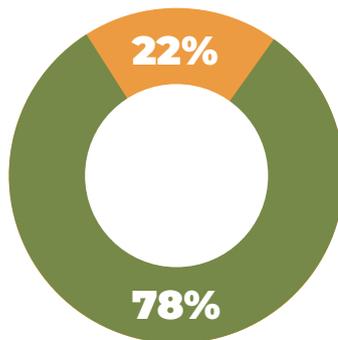
Nível de Escolaridade

Dos estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte que possuem, como dirigentes, produtores que alegaram ter algum tipo de escolaridade:



Frequentou a escola

Mais de três quartos dos estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares do Rio Grande do Norte possuem produtores responsáveis com algum tipo de escolaridade.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017

**ACESSO À TECNOLOGIA E AO
CONHECIMENTO PELOS
AGRICULTORES FAMILIARES DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE**



PREPARAÇÃO DO SOLO PARA PLANTIO



Em
80,3%

dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte, foram implementados sistemas de preparação do solo.

Em
1,6%

dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte, ocorreram a aplicação de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo.



Dos 40.688 estabelecimentos da agricultura familiar nos quais os dirigentes realizaram a preparação do solo:

51,0%
UTILIZARAM O CULTIVO
MÍNIMO;

53,3%
UTILIZARAM O CULTIVO
CONVENCIONAL;

2,1%
UTILIZARAM O PLANTIO
DIRETO NA PALHA.

Nota: O somatório ultrapassa 100%, uma vez que o agricultor familiar pode fazer mais de um tipo de sistema de preparação do solo em seu estabelecimento.

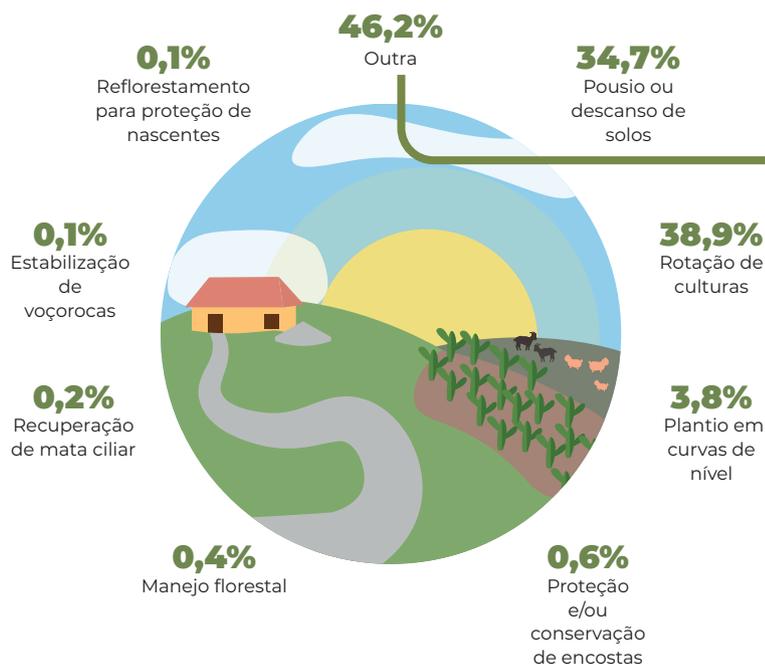
ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO

Na Rio Grande do Norte,

36,8%

dos estabelecimentos de agricultores familiares NÃO adotaram nenhum tipo de práticas de conservação do solo.

Dos 32.033 estabelecimentos da agricultura familiar do estado nos quais foram realizadas a adoção de pelo menos um tipo de prática de conservação do solo:



Outras práticas agrícolas

- Uso de terraços;
- Uso de lavouras para recuperação de pastagens;
- Queimada*;
- Drenagem de solos;
- Adubação verde;
- Utilização de esterco;
- Utilização de composto vegetal;
- Aplicação de inoculantes;
- Quebra-vento ou cordão;
- Utilização de leguminosas em consórcio com as pastagens.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: A queimada é considerada apenas uma prática agrícola, não se enquadrando como conservacionista.

USO DE AGROTÓXICO

35,3%

dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte tiveram a aplicação de agrotóxicos.



Aproximadamente 88,2% desses estabelecimentos estão em grupos de áreas de lavoura com até 10 hectares. Um outro dado é que, considerando os estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte em que ocorreram a aplicação de agrotóxicos, em **45,8%** deles, os dirigentes responsáveis pelas atividades agropecuárias **não sabem ler e escrever**.

Dos **17.886** estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte que tiveram as aplicações de agrotóxicos:

14,4%
Receberam orientação técnica.

85,6%
NÃO receberam orientação técnica.



Comparação entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017 para o estado do Rio Grande do Norte

Uso de agrotóxico (%)

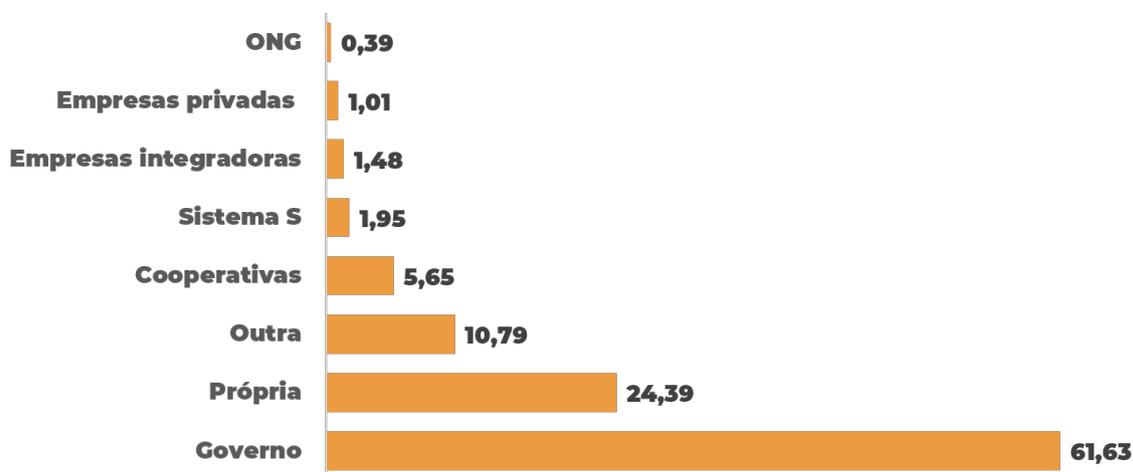
↑**23,0%** na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares que foram aplicados o agrotóxico.

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte que fazem uso de agrotóxico por forma de obtenção da orientação técnica recebida



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte que fazem uso de agrotóxico por origem da orientação técnica recebida



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

DOTAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



Comparação entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017 para o estado do Rio Grande do Norte

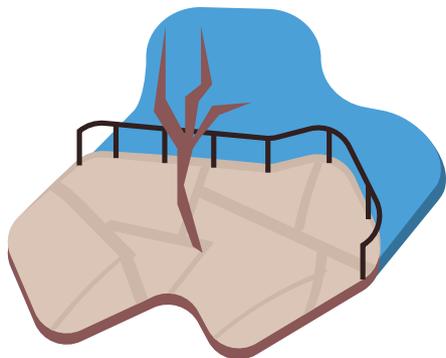
Recursos Hídricos (%)

↑115,7% na proporção de estabelecimentos que têm algum recurso hídrico.



85,8%

POSSUEM
recurso hídrico.



14,2%

NÃO POSSUEM
recurso hídrico.



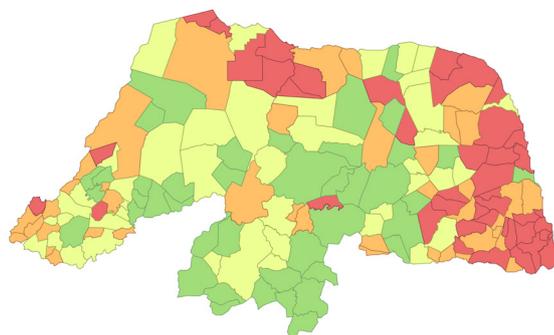
Estabelecimento de
Agricultores Familiares

**RIO GRANDE
DO NORTE**

SEM RECURSO HÍDRICO

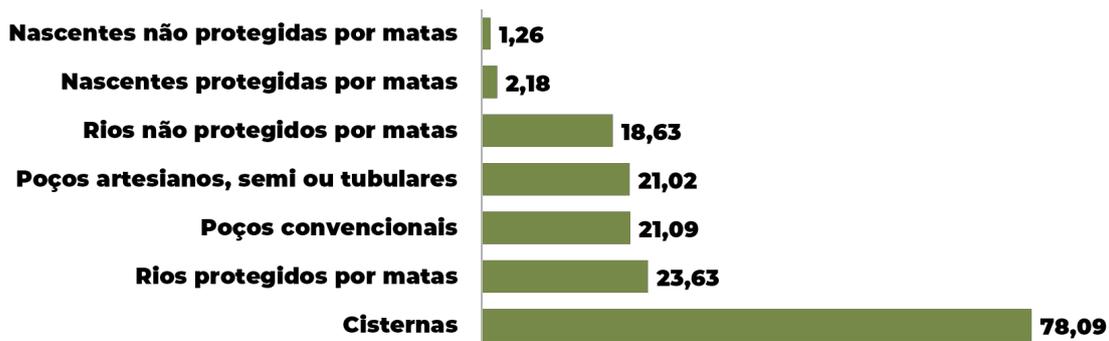
Estabelecimentos de agricultores familiares
sem água

0,0% a 3,7%	8,5% a 19,7%
3,7% a 8,5%	19,7% a 81,4%



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2019)

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte que possuem recursos hídricos por tipo de recurso



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: O somatório ultrapassa 100%, uma vez que, no estabelecimento, pode ter mais de um recurso hídrico.



Variação na proporção de estabelecimentos com recurso hídrico para cada tipo (%)

↓52,1% na proporção de estabelecimentos com nascentes protegidas por matas.

↓72,9% na proporção de estabelecimentos com nascentes NÃO protegidas por matas.

↓21,2% na proporção de estabelecimentos com rios e riachos protegidos por matas.

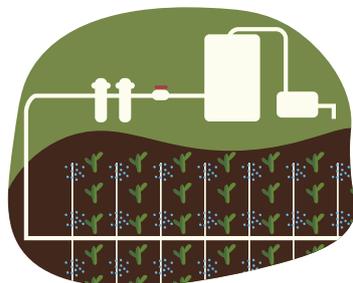
↓57,7% na proporção de estabelecimentos com rios e riachos NÃO protegidos por matas.

↑50,3% na proporção de estabelecimentos com poços artesianos ou tubulares profundos.

↑25,7% na proporção de estabelecimentos com poços convencionais.

↑12,2% na proporção de estabelecimentos com cisternas.

SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO



13,9%

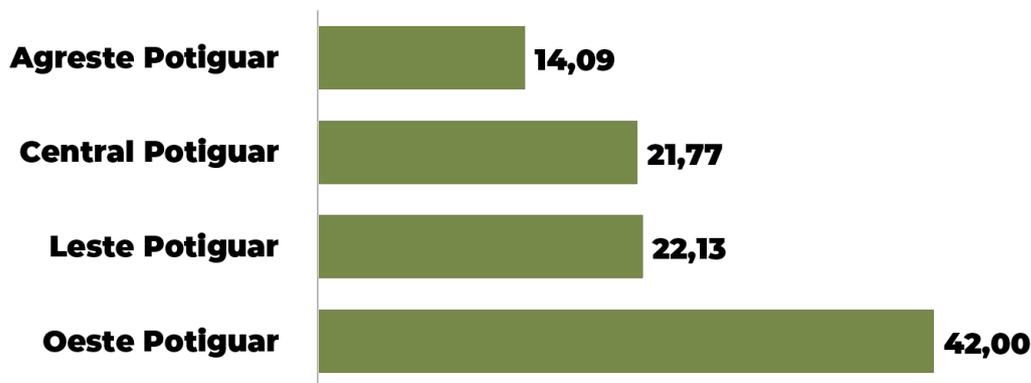
dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte possuem algum tipo de sistema de irrigação.



Recursos Hídricos (%)

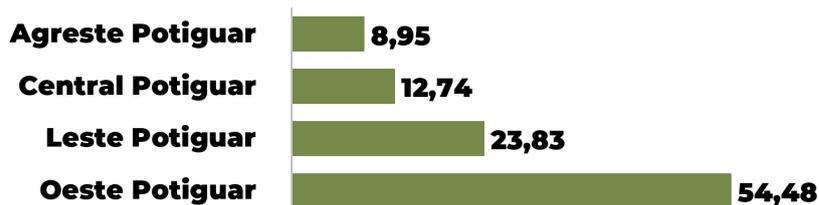
↑114,5% na proporção de estabelecimentos da agricultura familiar que fazem uso de algum sistema de irrigação.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte que possuem algum tipo de sistema de irrigação em cada mesorregião



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

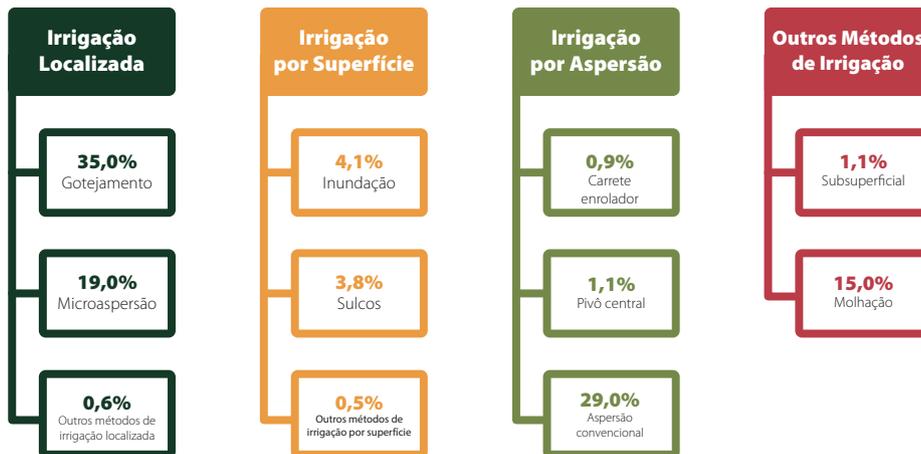
Percentual de área irrigada dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte em cada mesorregião



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

No Rio Grande do Norte, o **Oeste Potiguar** é a mesorregião que possui o **maior percentual** de estabelecimentos da agricultura familiar com algum tipo de sistema de irrigação e de área irrigada. Por outro lado, o Agreste Potiguar possui os menores percentuais, tanto em número de estabelecimentos quanto de área com irrigação.

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte por tipo de sistema de irrigação existente na propriedade



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: A soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois o agricultor familiar pode ter adotado mais de um sistema de irrigação.

No geral, é inegável o avanço da adoção da agricultura irrigada no Rio Grande do Norte nas últimas décadas. Mas, há muito a avançar, uma vez que dos 946.510 hectares ocupados por estabelecimentos de agricultores familiares, em apenas

1,9%,

**a área é irrigada (17.984 hectares) no
Rio Grande do Norte.**

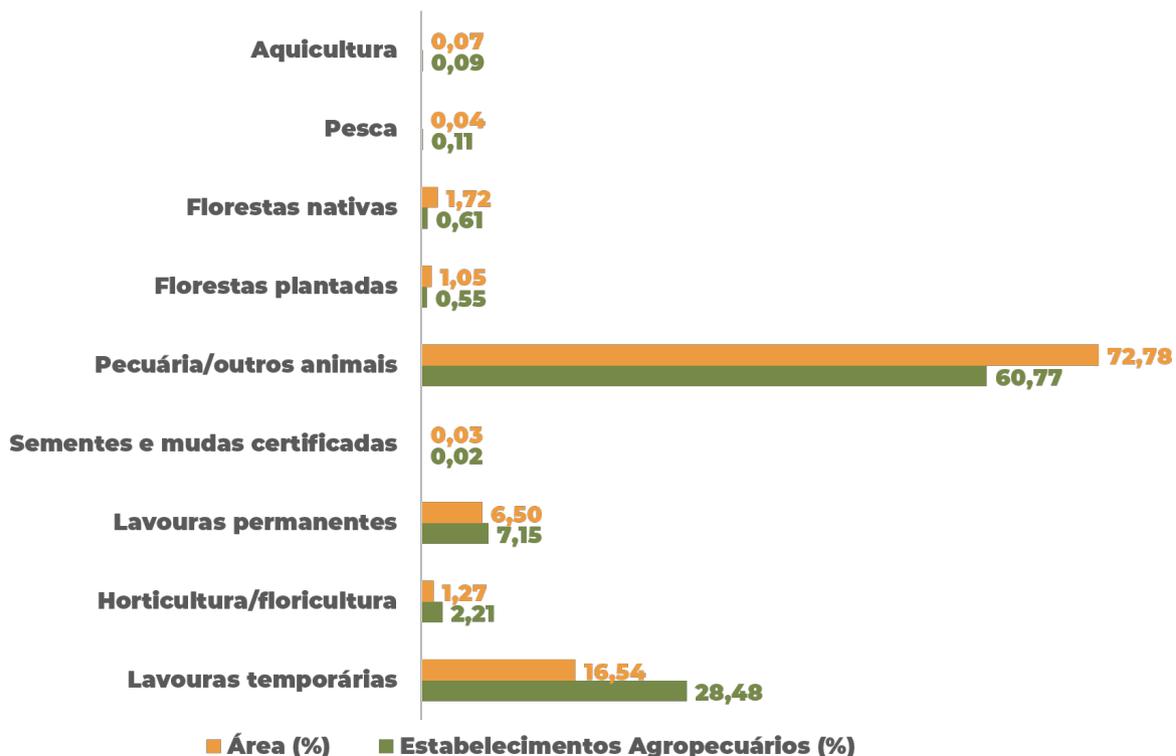
Além disso, os agricultores familiares ainda utilizam métodos de irrigação com maior índice de desperdício de água, a exemplo da aspersão convencional e da molhação. Outro ponto, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, é que **79,1%** dos estabelecimentos da agricultura familiar que possuem algum método de irrigação **não receberam orientação técnica.**

Por conseguinte, nota-se a carência de uma orientação quanto ao método de irrigação que atenda às necessidades de cada agricultor, considerando os recursos disponíveis e que, ao mesmo tempo, contribua para o uso racional da água. A irrigação é uma técnica fundamental para o aumento da produção de muitas culturas e consequente aumento na oferta de alimento, garantindo, assim, a segurança alimentar e nutricional da população.

GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Quase um quarto da área total dos estabelecimentos dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte é ocupada pela pecuária e/ou a criação de outros animais, tendo essa como a atividade principal, ocupando 60,8% do total desses estabelecimentos. Além disso, 28,5% dos estabelecimentos são voltados para a produção de lavouras temporárias, abrangendo 16,5% da área. Outro ponto é que 7,2% dos estabelecimentos dedicam-se, principalmente, à produção de lavouras permanentes, ocupando 6,5% da área.

Percentual de área e de estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte em cada grupo de atividade econômica



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.



Variação na proporção de estabelecimentos dos agricultores familiares em cada um dos grupos de atividades econômicas (%)

- ↓**28,2%** na proporção de estabelecimentos com lavoura temporária;
- ↑**26,1%** na proporção de estabelecimentos com horticultura e floricultura;
- ↓**30,86%** na proporção de estabelecimentos com lavoura permanente;
- ↑**216,2%** na proporção de estabelecimentos com produção de sementes e mudas;
- ↑**35,9%** na proporção de estabelecimentos com produção pecuária e de outros animais;
- ↓**55,9%** na proporção de estabelecimentos com florestas plantadas;
- ↓**62,5%** na proporção de estabelecimentos com florestas nativas;
- ↓**56,5%** na proporção de estabelecimentos com pesca;
- ↓**71,8%** na proporção de estabelecimentos com aquicultura.

TOP 10

do valor da produção das CULTURAS PERMANENTES produzidas nos estabelecimentos da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Norte (Mil reais)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota 1: Em muitos tipos de lavouras permanentes, não constava o valor da produção, ora porque não era para identificar o informante, ora porque era zero absoluto, não resultante de um cálculo ou arredondamento.

Nota 2: O TOP 10 das culturas permanentes produzidas pela agricultura familiar PARA CADA MESORREGIÃO do Rio Grande do Norte está disponível no Anexo 2.

TOP 10

do valor da produção das culturas TEMPORÁRIAS produzidas nos estabelecimentos da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Norte (Mil reais)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota 1: Em muitos tipos de lavouras temporárias, não constava o valor da produção, ora porque não era para identificar o informante, ora porque era zero absoluto, não resultante de um cálculo ou arredondamento.

Nota 2: O TOP 10 das culturas temporárias produzidas pela agricultura familiar PARA CADA MESORREGIÃO do Rio Grande do Norte está disponível no Anexo 3.

PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS

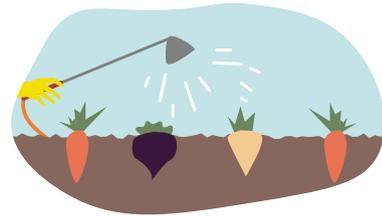


2,8%

dos estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte POSSUEM a produção orgânica.

52,7%

dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte NÃO POSSUEM a produção orgânica.



Nota 1: Na lógica, a soma dos percentuais de estabelecimentos com a produção orgânica com aqueles que não possuem deveria resultar em 100%. Contudo, essa soma, na verdade, resulta em 55,5%. De tal modo que 44,5%, possivelmente, refere-se àqueles casos em que os recenseadores foram orientados a perguntar primeiramente se foi utilizado agrotóxico químico na propriedade. Em se obtendo resposta afirmativa, a pergunta sobre produção orgânica não era realizada (essa informação foi esclarecida pela área técnica do IBGE).



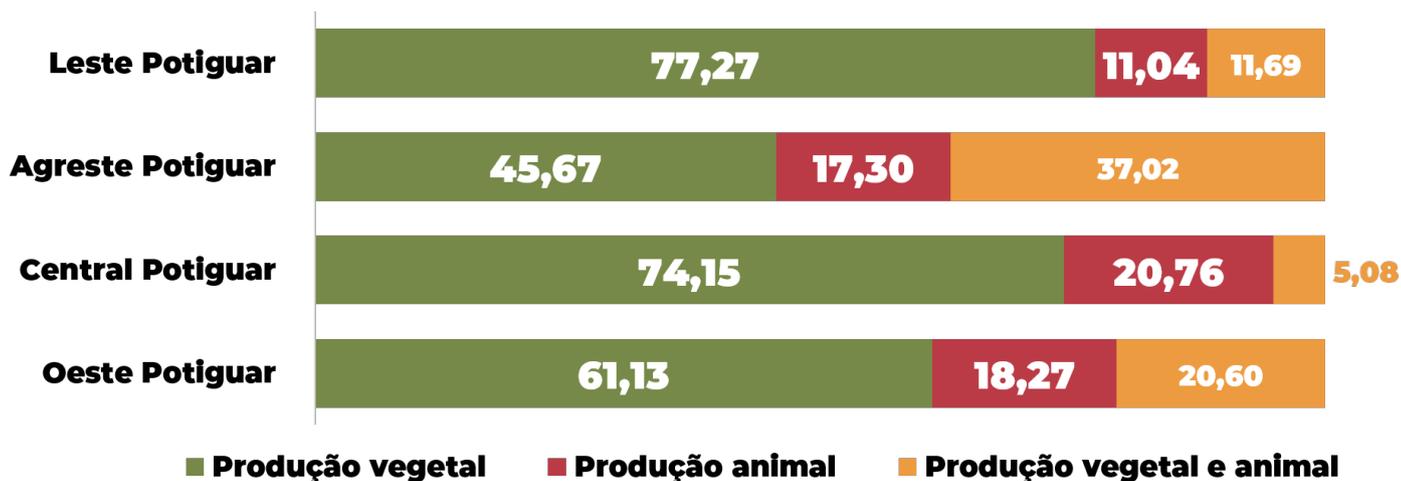
PRODUÇÃO ORGÂNICA(%)

↑4,3% na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares com produção orgânica.

Nota 2: A produção orgânica no Censo Agropecuário de 2017 foi contabilizada apenas para aquela que era CERTIFICADA por algum órgão de controle. No Censo 2006, a pergunta era se o produtor fazia a produção orgânica e, posteriormente, perguntava se era certificada.

Após 11 anos, ocorreu um aumento na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares com produção orgânica no Rio Grande do Norte. Outra informação interessante é que, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, **67,4%** dos estabelecimentos que possuem produção orgânica **não receberam orientação técnica**.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar em cada tipo de produção orgânica por mesorregiões do Rio Grande do Norte

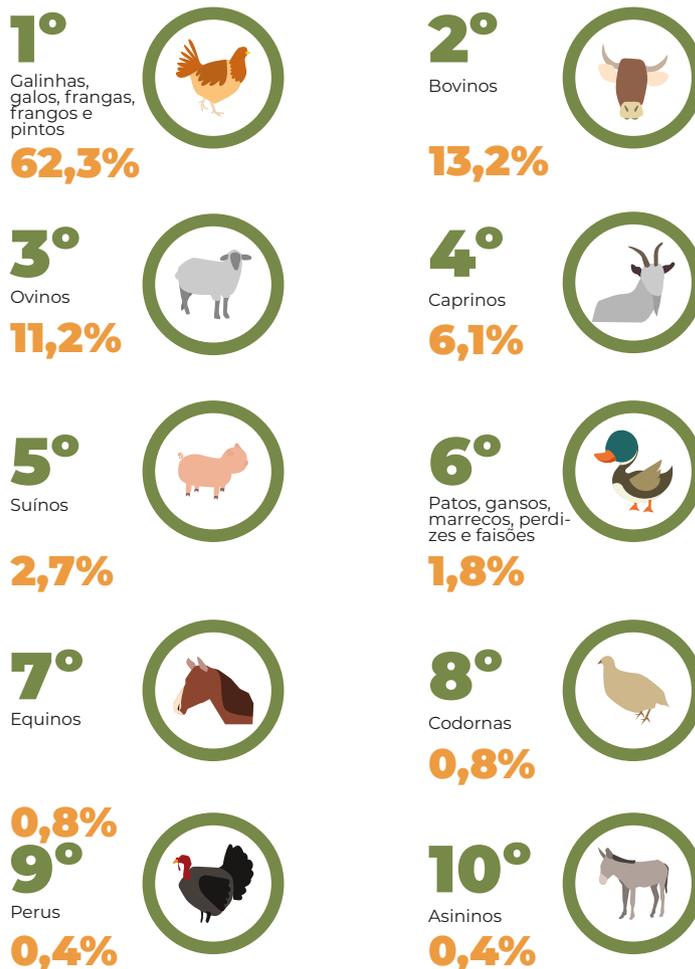


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Em todas as mesorregiões, a produção **orgânica de vegetais** se destaca mais em relação aos outros tipos. No Agreste Potiguar, é expressivo o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que possuem **produção orgânica animal e vegetal**. Além disso, na Central Potiguar, 20,8% possuem **produção orgânica animal**.

TOP 10

DO EFETIVO DA PECUÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

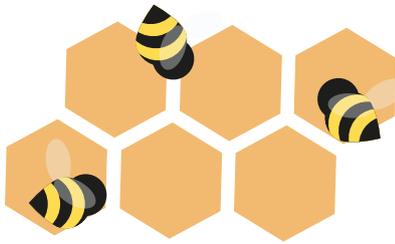
Nota 1: Os valores representam os percentuais das unidades de “cabeças” de cada tipo de pecuário efetivo em relação ao total de “cabeças” de todos os tipos pecuário efetivo.

Nota 2: “Efetivo” significa a quantidade efetivamente existente no estabelecimento agropecuário na data de referência em que o censo agropecuário foi realizado.

Nota 3: O TOP 10 do efetivo da pecuária da agricultura familiar para cada mesorregião do Rio Grande do Norte está disponível no Anexo 4.

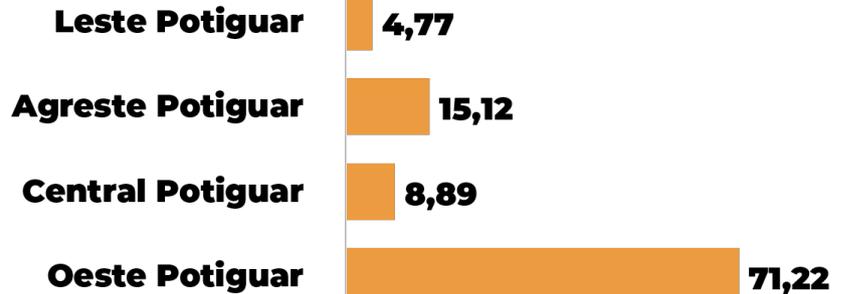
APICULTURA

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte que exercem a apicultura por mesorregião



754

estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte realizam a apicultura. Isso corresponde a **0,6%** do total de estabelecimentos de agricultores familiares do estado.



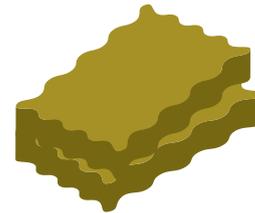
73,1%

dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte que possuem a apicultura têm a **comercialização do mel.**



2,7%

dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte que possuem a apicultura têm a comercialização da **geleia real, própolis e pólen.**



6,0%

dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte que possuem a apicultura têm a comercialização da **cera de abelha.**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

EXTRATIVISMO VEGETAL

1.797

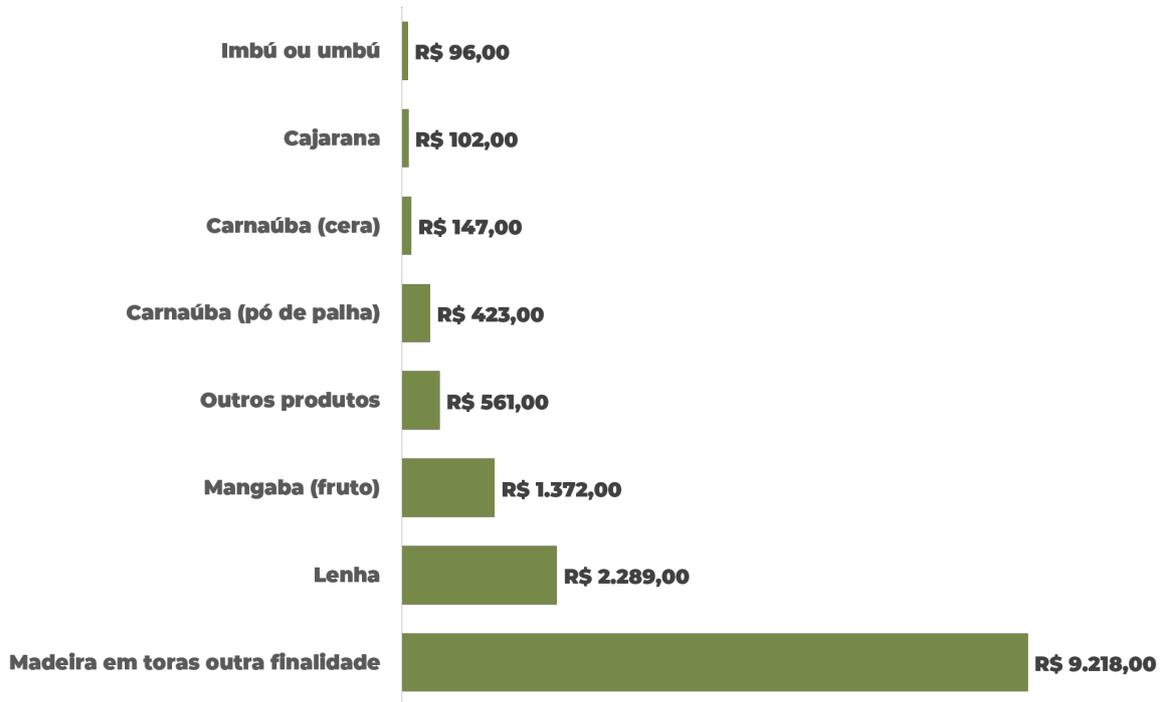
estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte realizam a **EXTRAÇÃO VEGETAL**. Isto corresponde a 3,5% do total estabelecimentos de agricultores familiares do Estado



R\$ 14.230,00

Valor da produção da extração vegetal (mil reais) dos estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte para o período de referência de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017

Valor referente à extração vegetal nos estabelecimentos da agricultura familiar



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

No Censo Agropecuário, o extrativismo refere-se à produção extrativa vegetal realizada no período de referência, proveniente de espécies vegetais não plantadas (nativas). Observa-se que, entre os produtos da extração vegetal, a madeira em toras para outra finalidade (sem estar relacionada à produção de papel) obtém o maior destaque no estado. O Oeste Potiguar é a mesorregião que mais extrai esse produto.

AGROINDÚSTRIA

No Rio Grande do Norte,

5,5%

dos estabelecimentos da agricultura familiar possuem agroindústrias rurais.

R\$ 72.733,00

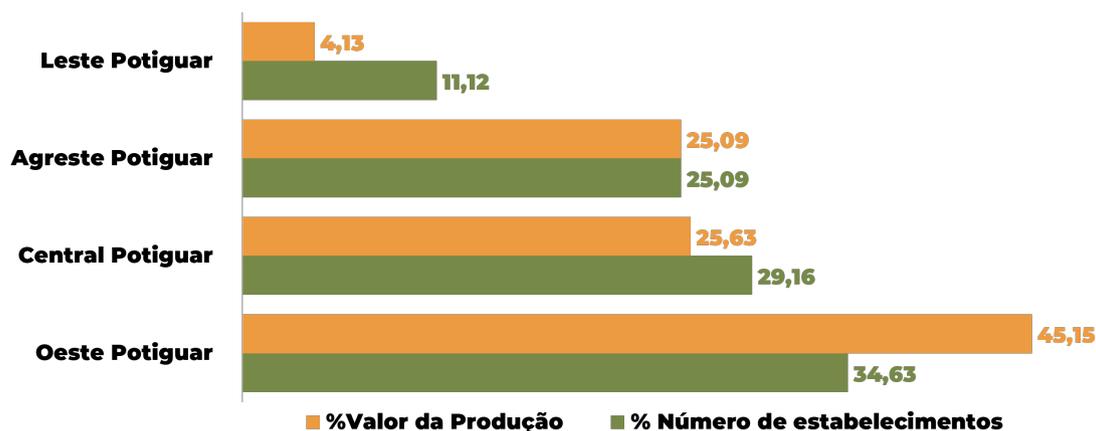
é o valor bruto da produção (em mil reais) agroindustrial desses estabelecimentos para o período de referência de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

Esta cartilha segue a classificação de **agroindústria rural** empregada pelo IBGE na coleta e tabulação dos dados do Censo Agropecuário. De tal modo que os dados aqui apresentados são relativos ao processamento e beneficiamento agroindustrial **realizado nos estabelecimentos rurais** do produtor que tenha declarado que a atividade industrial é realizada de forma complementar às suas atividades agropecuárias.

A definição da produção agroindustrial refere-se aos “produtos do estabelecimento agropecuário que tenham sido beneficiados ou transformados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima que tenha sido produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou que tenha sido adquirida de outros produtores, desde que **a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor**” (IBGE, 2017, p. 118). Portanto, não se considera, como produção da agroindústria, aquela proveniente de instalações do estabelecimento na forma de prestação de serviços para terceiros; e a produção adquirida em instalações de terceiros, a partir de matéria-prima do estabelecimento agropecuário, cuja destinação final não tenha sido dada pelo produtor.

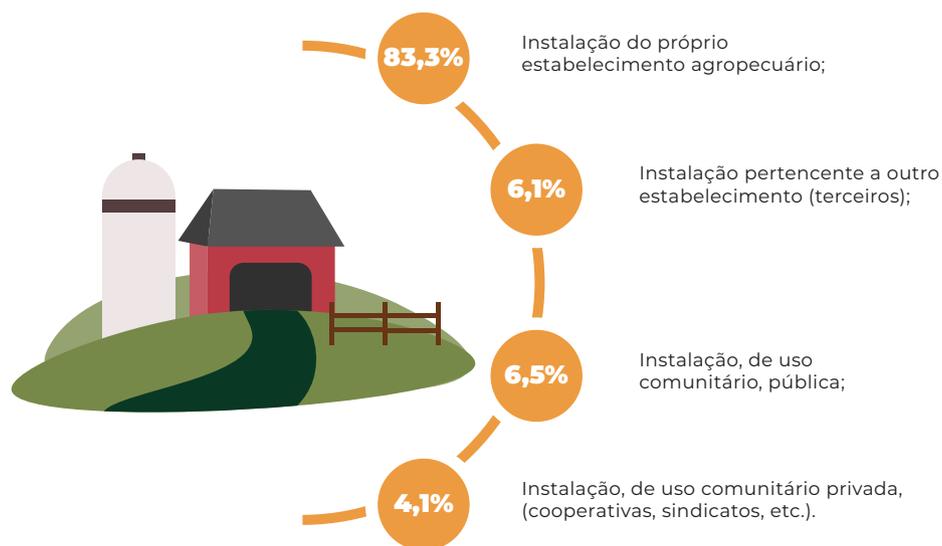
A produção agroindustrial, quando ligada à agricultura familiar, é de pequena a média escala, podendo ser direcionada tanto para o autoconsumo como para a comercialização, destinando-a para a venda principalmente em cadeias curtas. Uma vez que as exigências para legalização (fiscalização da sanidade agropecuária, selos de diferenciação, mecanismos de certificação, etc.) e formalização impossibilitam o acesso de agricultores familiares a mercados institucionais e a outros mercados mais distantes.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar com agroindústria rural e percentual do valor total da produção por mesorregião do Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Proporção de estabelecimentos da agricultura familiar com agroindústria rural do Rio Grande do Norte por tipo de instalação



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Percentual do valor da produção em relação ao valor total da produção do Rio Grande do Norte dos 10 produtos da agroindústria dos estabelecimentos de agricultores familiares com os maiores percentuais de participação



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

FINANÇAS DOS ESTABELECEMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA RIO GRANDE DO NORTE

Proporção de cada item da despesa em relação ao valor total da despesa dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do estado do Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: Para o período de referência de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

R\$ 741.772,00

é o valor bruto da produção (em mil reais) dos estabelecimentos de agricultores familiares, correspondendo a **30% do valor da produção total dos estabelecimentos rurais do estado do Rio Grande do Norte.**

Do valor da produção total dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte:

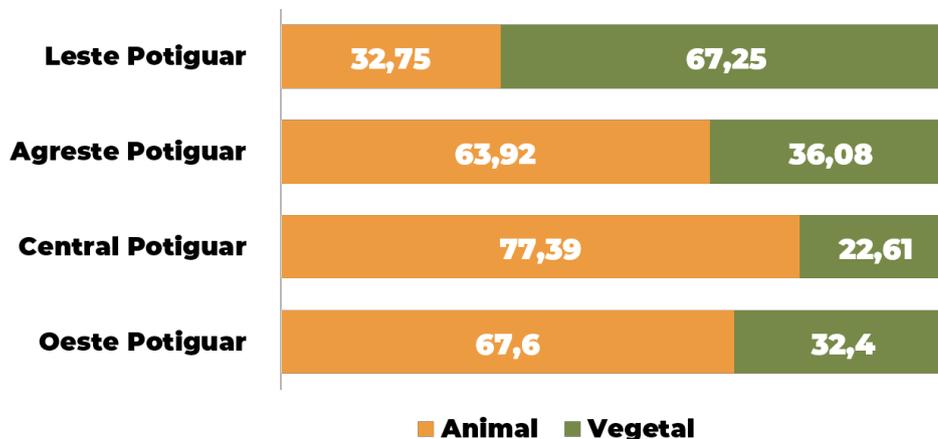


São originados na **produção animal**



São originados na **produção vegetal**

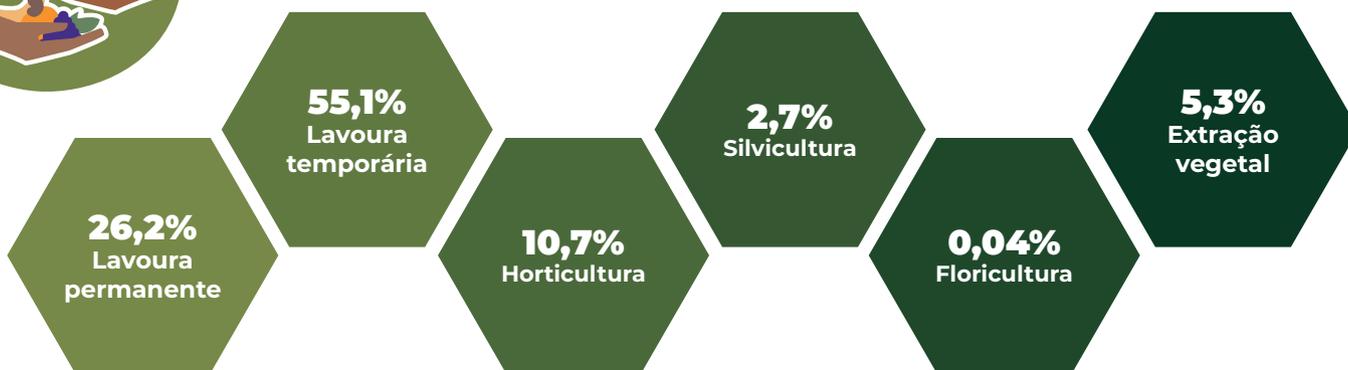
Proporção do valor da produção animal e vegetal em relação ao valor da produção total dos estabelecimentos de agricultores familiares em cada mesorregião do Rio Grande do Norte



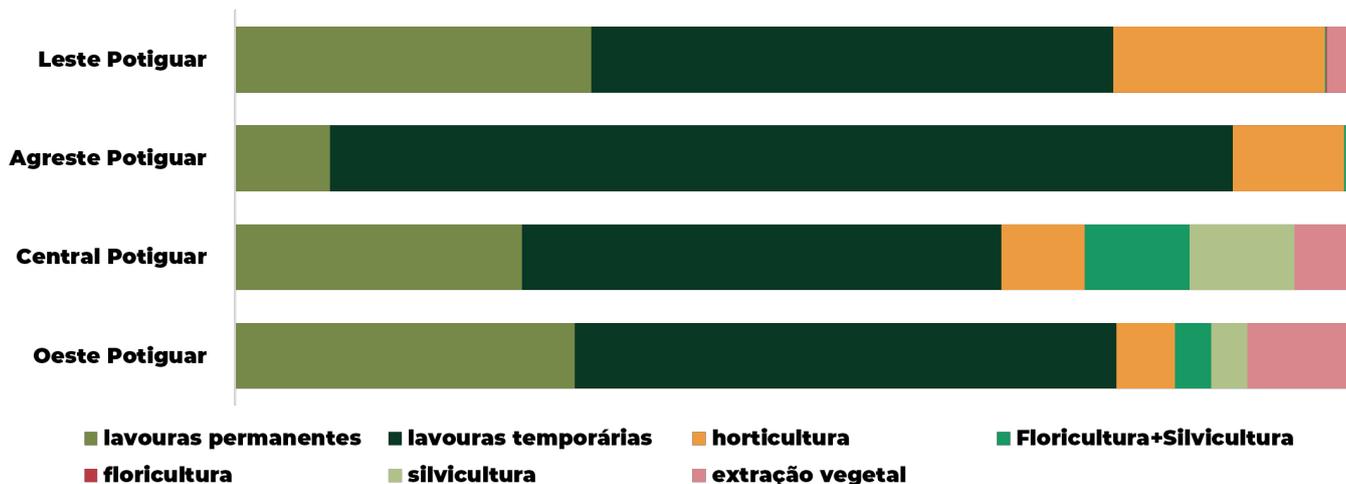
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.



O percentual do valor da produção vegetal dos estabelecimentos de agricultores familiares em cada tipo

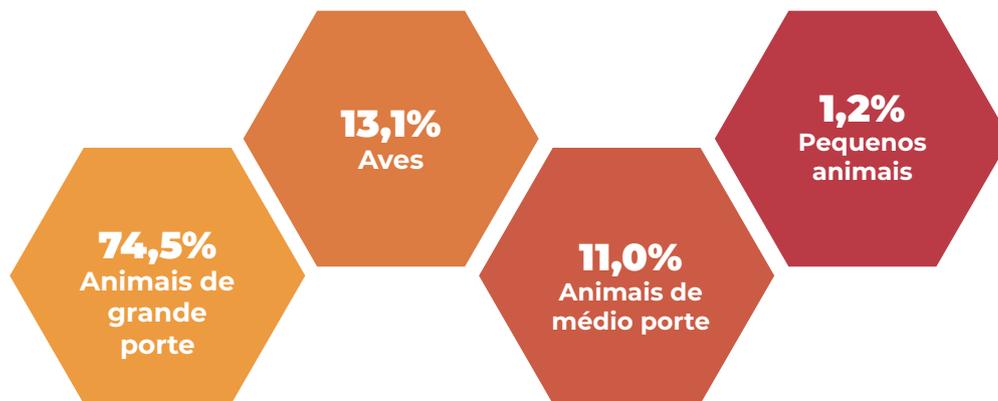


Percentual do valor da produção vegetal dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao valor total da produção vegetal desses estabelecimentos por tipo e para cada mesorregião do Rio Grande do Norte



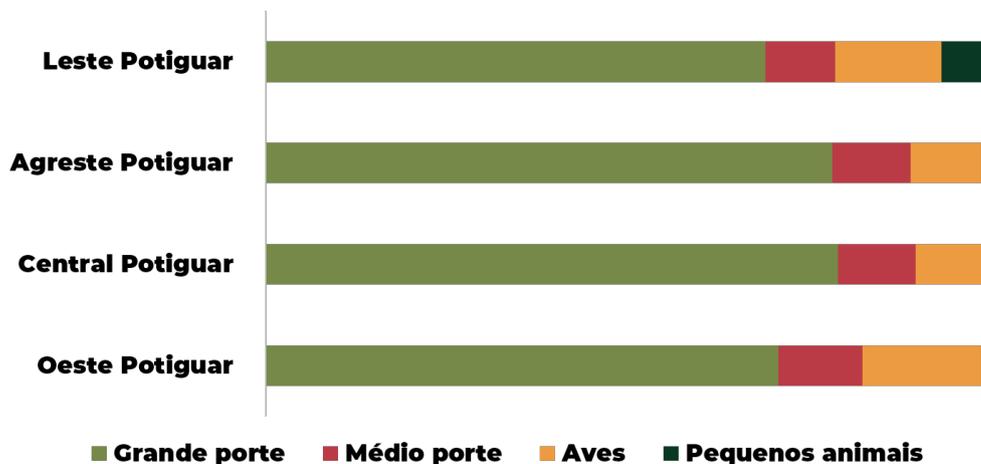
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

O percentual do valor da produção animal dos estabelecimentos de agricultores familiares em cada tipo



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Percentual do valor da produção animal dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao valor total da produção animal desses estabelecimentos por tipo e para cada mesorregião do Rio Grande do Norte



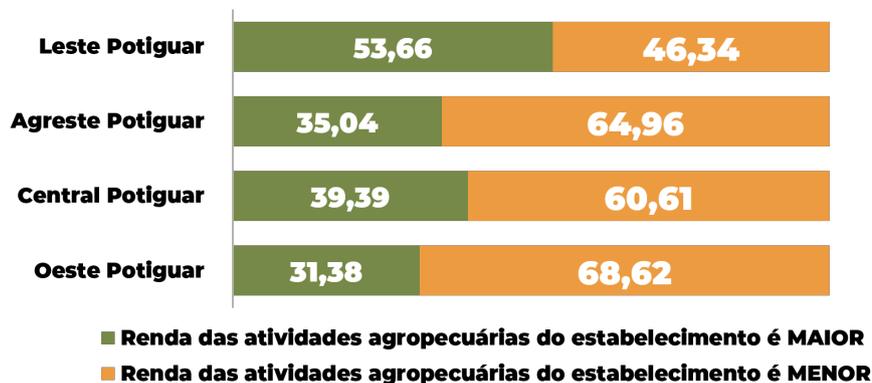
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Renda obtida com as atividades agropecuárias desenvolvidas nos estabelecimentos dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte



Nota: Esses percentuais refletem as proporções de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte que fizeram essas declarações.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar em cada mesorregião do Rio Grande do Norte de acordo com a situação da renda com as atividades agropecuárias ser maior ou menor que as outras rendas do produtor responsável



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

RECEITAS DOS ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO NORTE

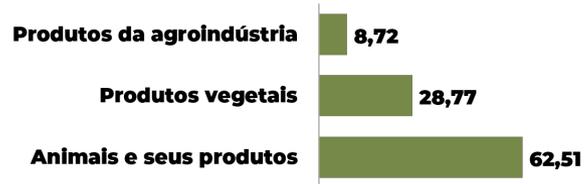
Do total de estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte:



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. *PROAGRO Mais é o Programa Garantia da Atividade Agropecuária da agricultura familiar.

Nota: A soma dos percentuais ultrapassa 100%, porque o estabelecimento pode ter mais de um tipo de receita.

Em relação aos estabelecimentos de agricultores familiares que receberam receitas Tipo I (%)



Em relação aos estabelecimentos de agricultores familiares que receberam receitas Tipo II (%)



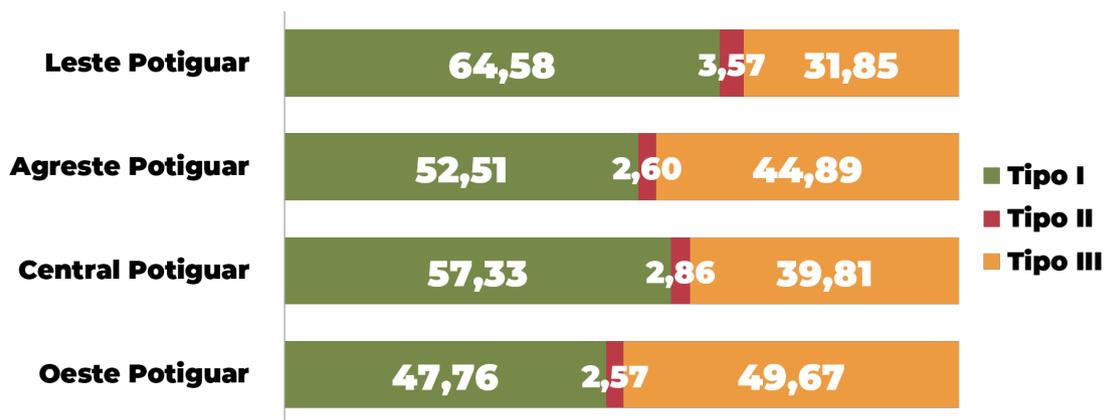
Proporção de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte em cada um dos subtipos da receita Tipo III (%)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: PMCMV rural - Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida. PROAGRO Mais - Programa Garantia da Atividade Agropecuária da agricultura familiar.

Proporção das receitas dos Tipos I, II e III dos estabelecimentos de agricultores familiares, em relação ao valor total da receita, por mesorregiões do Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Finalidade Principal da Produção



64,1%

têm como finalidade principal destinar a produção para o CONSUMO PRÓPRIO e de pessoas com laços de parentescos com o produtor.



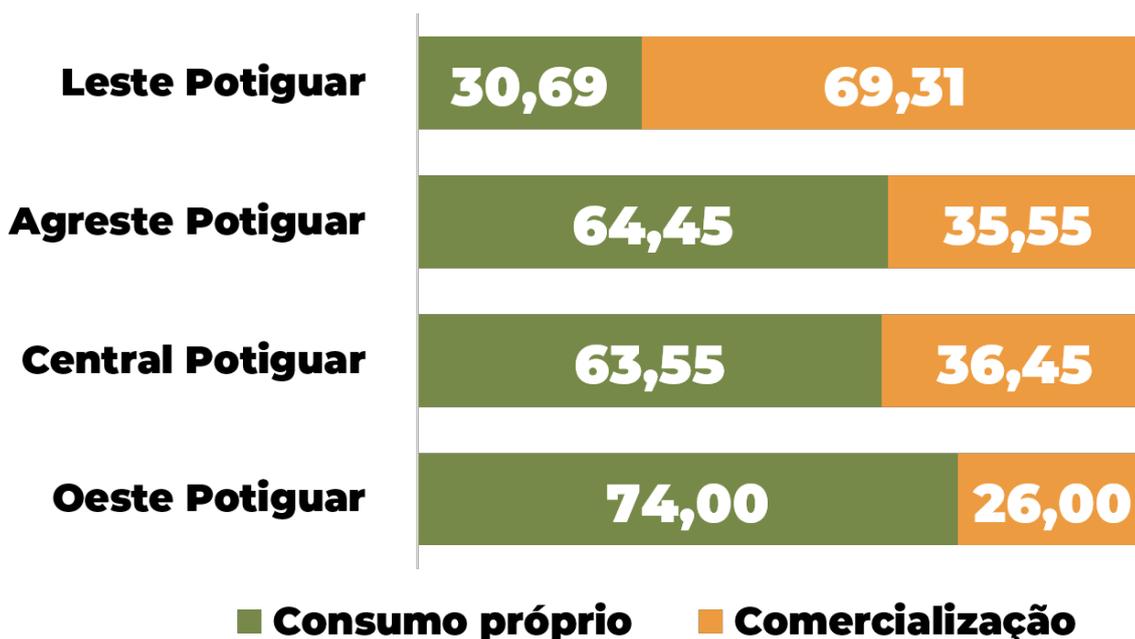
35,9%

têm como finalidade principal destinar parte da produção para a COMERCIALIZAÇÃO.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Considerando todas as mesorregiões do estado do Rio Grande do Norte, observa-se que no Oeste (74,0%), Agreste (64,5%) e Central Potiguar (63,5%), os dirigentes responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar destinam predominantemente a produção para o autoconsumo. Por outro lado, no Leste Potiguar (69,3%), há o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar em que o destino principal da produção é a comercialização.

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares em cada mesorregião, que compõem o estado do Rio Grande do Norte, por finalidade principal da produção



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

**ACESSO À TECNOLOGIA E
AO CONHECIMENTO PELOS
AGRICULTORES
FAMILIARES DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE**



ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA



90,0%

Possuem energia.



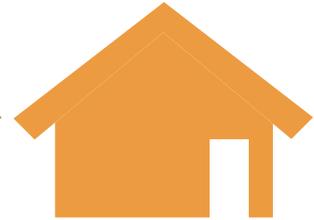
9,9%

Não possuem energia.

Dos 4.993 estabelecimentos da agricultura familiar que NÃO possuem energia elétrica



Em **19,1%**, os produtores responsáveis **RESIDEM** nos estabelecimentos.



Em **80,9%**, os produtores responsáveis **NÃO** residem nos estabelecimentos.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: Para 0,3% que faltam para completar 100% refere-se ao “não se aplica”.



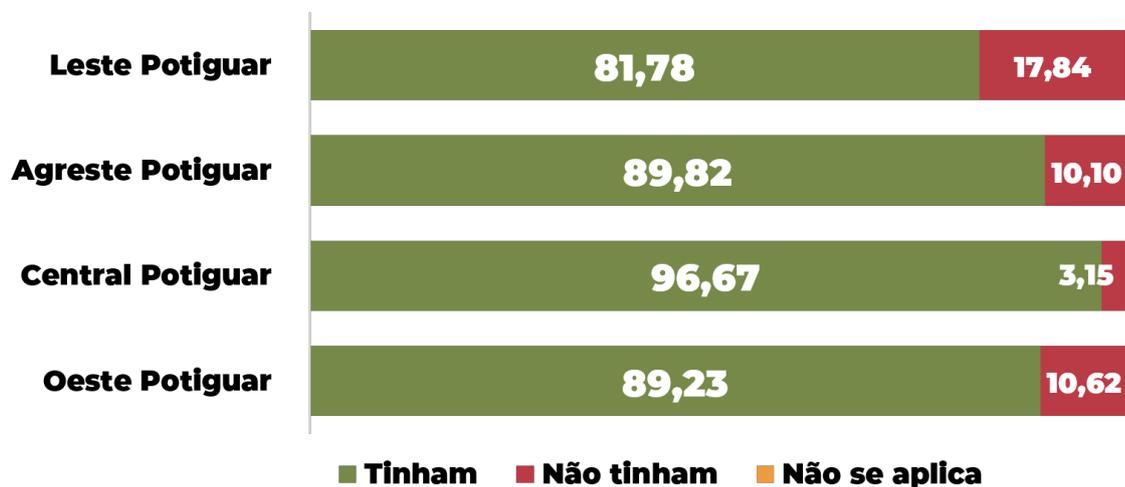
Comparação entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017 para o estado do Rio Grande do Norte

Energia Elétrica (%)

↑17,8% na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares que têm energia elétrica.

↓58,4% na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares que **NÃO** têm energia elétrica.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar em cada mesorregião do Rio Grande do Norte por disponibilidade ou não de energia elétrica



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Ao analisar todas as mesorregiões que fazem parte do estado do Rio Grande do Norte, nota-se que o Oeste e o Agreste Potiguar são as mesorregiões que possuem o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar sem energia elétrica.

Em termos de infraestrutura produtiva, é indiscutível que a questão energética tem um papel fundamental. Pois, além de ser imprescindível às atividades humanas, a energia elétrica é um elemento indispensável ao processo de desenvolvimento do sistema produtivo. Uma vez que a energia permitiria, dentre várias finalidades, agregar valor à produção agropecuária por meio do pré-processamento, da realização de atividades produtivas extras ao anoitecer, além do aumento da qualidade de vida desse público.

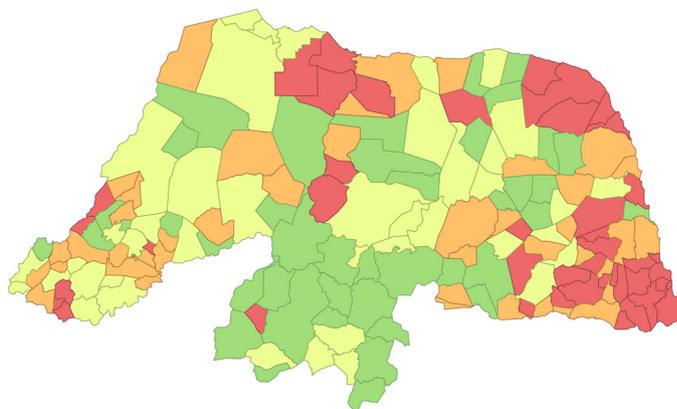


**Estabelecimento de
Agricultores Familiares**

RIO GRANDE DO NORTE COM ENERGIA ELÉTRICA

**Estabelecimentos de agricultores familiares
com energia elétrica**

6,8% a 85,3%	94,1% a 97,2%
85,3% a 94,1%	97,2% a 100,0%



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2019)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Na maioria dos estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte, não há nenhum tipo de orientação técnica.



14,5%

Recebem assistência técnica.



85,5%

Não recebem assistência técnica.

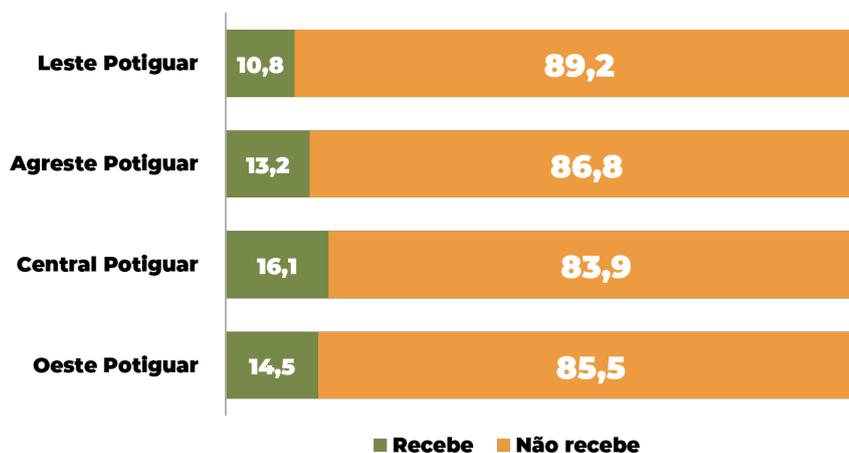


+31,8% na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares que receberam assistência técnica.

+8,2% na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares que **NÃO** receberam assistência técnica.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar em cada mesorregião do Rio Grande do Norte por acesso ou não à orientação técnica



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: O período de referência das informações coletadas no Censo Agropecuário de 2017, a exemplo da assistência técnica recebida, vai de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

O pesquisador Marcus Peixoto foi consultado para elucidar as razões do baixo percentual de estabelecimentos de agricultores familiares que possuem orientação técnica. De acordo com o referido pesquisador, os “Contratos de ATER Privados”, provenientes das chamadas públicas realizadas até 2015, na fase expansiva antes da crise e do desmonte de algumas políticas de desenvolvimento rural, tiveram baixa abrangência. Além do seu caráter descontinuado, sendo incapaz de resolver o problema.

Ainda segundo Marcus Peixoto, essa situação é fruto das restrições fiscais dos estados, agravadas com a recessão em 2015 e 2016. Além da decorrência da grande queda no orçamento federal destinado ao financiamento de chamadas públicas da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), em que muitas entidades estaduais têm essa como uma fonte expressiva de recursos.

Marcus Peixoto também pontua que, no questionário do Censo Agropecuário, indaga-se apenas por recebimento de orientação técnica ou não. No entanto, muitas das ações de ATER não são somente de assistência técnica, mas de extensão rural. Essa última transcende a assistência técnica e se estende à assistência social, saúde, economia doméstica, organização, infraestrutura, saneamento básico, entre outras ações.

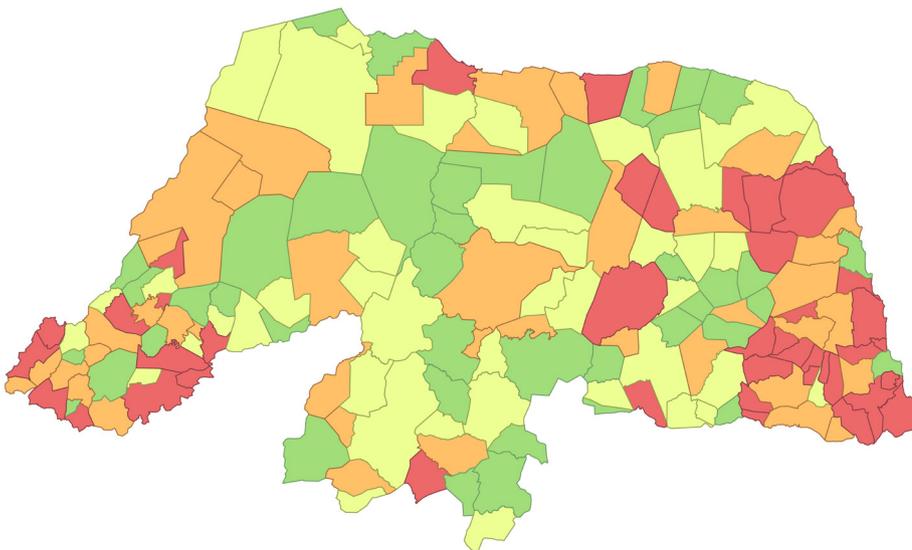


RIO GRANDE DO NORTE

Estabelecimento de
Agricultores Familiares

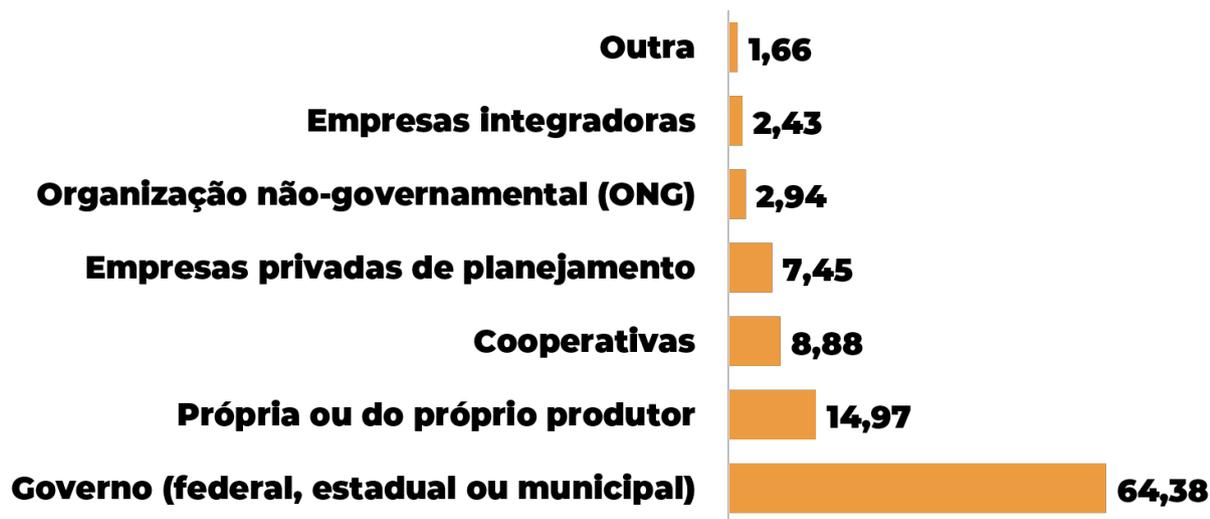
QUE RECEBEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Estabelecimentos de agricultores familiares
com assistência técnica



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2019)

A origem da assistência técnica, entre aqueles estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte que a receberam (%)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota 1: A soma dos percentuais ultrapassa 100%, porque o estabelecimento pode ter obtido orientação técnica com mais de uma origem.

Nota 2: Empresa integradora é quando uma agroindústria (por exemplo), para atender as demandas de mercado, faz uma parceria contratual com um produtor que possui uma estrutura física para gerar a produção da qual necessita. Assim, o produtor rural se responsabiliza por parte do processo produtivo, como a produção de frutas ou engorda de frango e suínos, repassando essa produção à agroindústria, como matéria prima a ser processada e transformada no produto final. A Empresa Integradora deve fornecer ao produtor os insumos e serviços necessários à produção.

Nota 3: A orientação e a assistência técnica com origem nas Empresas Integradoras ocorrem quando essas são prestadas por técnicos habilitados de empresas com as quais o produtor tenha contrato de integração.

Nota 4: A orientação e a assistência técnica com origem nas Empresas privadas ocorrem quando essas são prestadas por técnicos de empresas privadas contratadas pelo produtor.

Nota 5: Sistema S é um sistema conjunto de contribuições sociais pagas por empresas para o financiamento dos serviços sociais autônomos.

Nota 6: Não há, no manual do Censo Agropecuário 2017, a especificação de quais seriam os outros tipos de origem da assistência técnica.

Nota 7: Própria ou contratada pelo produtor é quando a orientação e a assistência técnica são prestadas por técnico contratado pelo produtor ou quando a pessoa que administra o estabelecimento (produtor ou administrador) possuir a habilitação técnica ou formação profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento.



Tipo de Assistência Técnica (%)

- ↓**6,4%** Assistência técnica do governo;
- ↑**84,6%** Assistência técnica própria;
- ↓**42,2%** Assistência técnica de cooperativa;
- ↓**55,9%** Assistência técnica de empresa integradora;
- ↓**91,3%** Assistência técnica de empresa privada;
- ↓**73,2%** Assistência técnica de ONG;
- ↑**550,6%** Outra origem de assistência técnica.

Nota: Os percentuais representam a variação na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares que receberam cada tipo de assistência técnica.

MAQUINÁRIO PRESENTE NOS ESTABELECIMENTOS

3,5%

dos estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte possuem pelo menos um dos tipos de maquinários.

Considerando os 1.547 estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte que possuem algum maquinário



12,5%

possuem
plantadeiras.



81,4%

possuem
tratores.



2,2%

possuem
adubadoras.



3,9%

possuem
colheitadeiras.

Nota: Essas informações referem-se aos estabelecimentos agropecuários que possuem maquinário, o que não é a mesma coisa que uso do maquinário. É possível que muitos agricultores familiares tenham acesso a um determinado maquinário por meio de uma prestação de serviço (na maioria das vezes, mediante pagamento).



Tipo de Maquinário (%)

↓**10,3%** Plantadeiras;

↑**40,3%** Colheitadeira;

↑**16,7%** Adubadeira.

Nota: Variação na proporção de estabelecimentos que usam tratores entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017.

UNIDADES ARMAZENADORAS



8,1%

dos estabelecimentos de agricultores familiares possuem **unidades armazenadoras** no Rio Grande do Norte.

As técnicas de estocagem auxiliam os agricultores familiares ao permitirem que, por exemplo, no período de abundância, o alimento dos animais, produzido no estabelecimento, seja armazenado. Assim, durante a estiagem ou mesmo em anos de seca extrema, os sistemas de produção agropecuário podem ser mantidos com poucos custos adicionais. Permitindo, assim, a autonomia alimentar da pecuária nos próprios estabelecimentos.



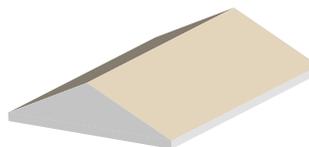
56,4%

Possuem
armazéns convencionais.



48,2%

Possuem
silos.



1,0%

Possuem
graneleiros.

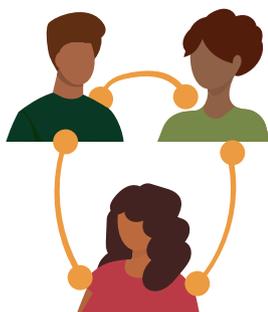


0,5%

Possuem
infláveis.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS



45,9%

dos estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte têm seus produtores responsáveis **associados a alguma cooperativa e/ou entidade de classe.**



Associado a alguma entidade de Classe (%)

↓**4,5%** na proporção de estabelecimentos de agricultores que são associados.

↑**4,1%** na proporção de estabelecimentos de agricultores que não são associados.

Entre os estabelecimentos de agricultores familiares cujos produtores responsáveis são associados na Rio Grande do Norte, quais as proporções em cada tipo de associação?



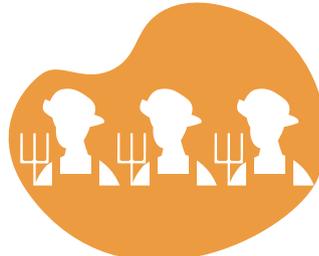
69,8%

Associados a sindicatos.



30,5%

Associados a algum movimento de moradores.



19,3%

Associados a movimento de produtores.

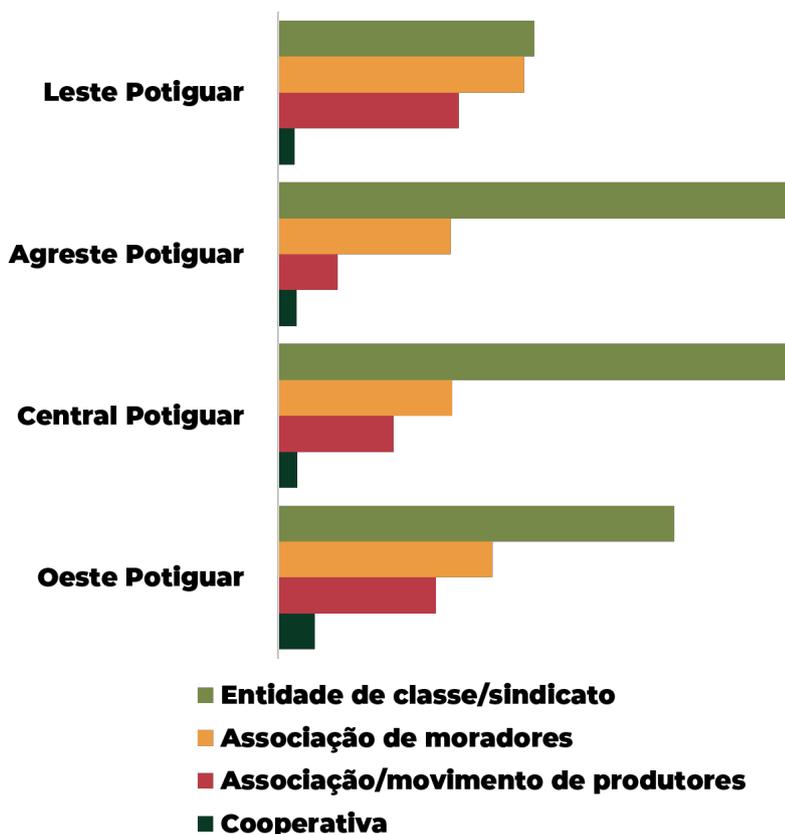


4,0%

Associados a alguma Cooperativa.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Entre os estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte cujos produtores responsáveis são associados, qual o percentual por tipo de associação e por mesorregião?



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

O associativismo produtivo necessita de maior propagação, uma vez que a tradição de participação em cooperativas agropecuárias em todo o estado é pequena. Os agricultores familiares podem se beneficiar ao ser cooperados, em vários aspectos, como na compra de insumos por um preço menor e na venda da produção em melhores condições. Haverá benefício também no acesso ao crédito e à assistência técnica.



Estabelecimento de Agricultores Familiares

RIO GRANDE DO NORTE

QUE SÃO ASSOCIADOS A UMA COOPERATIVA

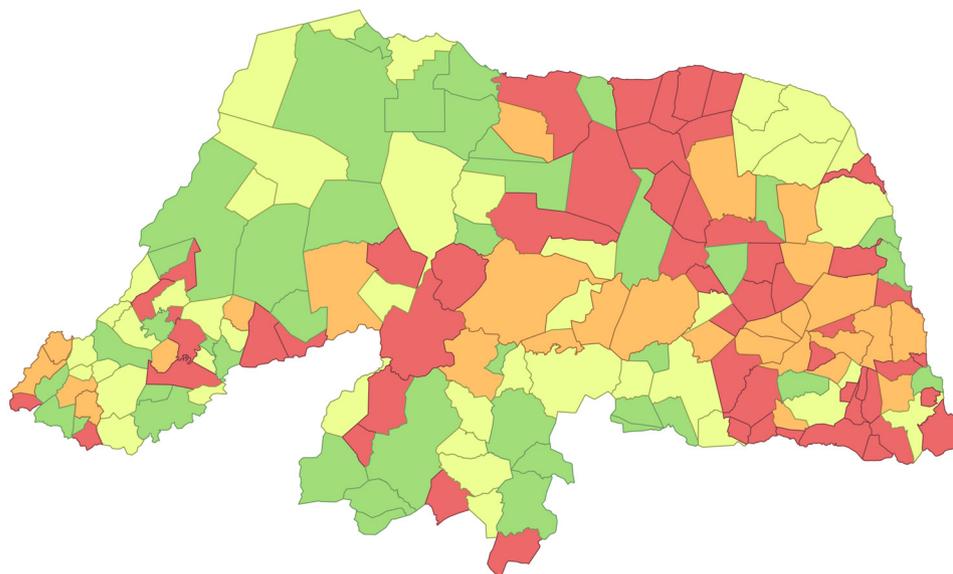
Estabelecimentos de agricultores familiares
associados a uma cooperativa

0,0%

0,0% a 0,8%

0,8% a 2,1%

2,1% a 25,1%



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2019)

ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



FINANCIAMENTO



18,3%

Receberam
financiamento.



81,7%

NÃO receberam
financiamento.

O melhor acesso dos agricultores familiares ao financiamento significa contribuir para um maior dinamismo do setor agropecuário no Rio Grande do Norte. A existência de um percentual significativo de agricultores familiares sem um sistema de financiamento eficiente, tanto em termos de quantidade de recursos monetários quanto na qualidade técnica dos projetos, reflete o quanto as políticas públicas precisam progredir para se aproximarem de uma universalização do acesso.

Nota 1: O período de referência das informações coletadas no Censo Agropecuário de 2017, a exemplo do financiamento, vai de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

Nota 2: No Censo Agropecuário, essa parte focou na obtenção de financiamentos e/ou empréstimos pelo estabelecimento agropecuário, em 2017, com financeiras, bancos, cooperativas, pessoas físicas, etc. O que mostra que o "financiamento da atividade agropecuária" não se restringe ao crédito rural, e muito menos ao PRONAF.



Financiamento (%)

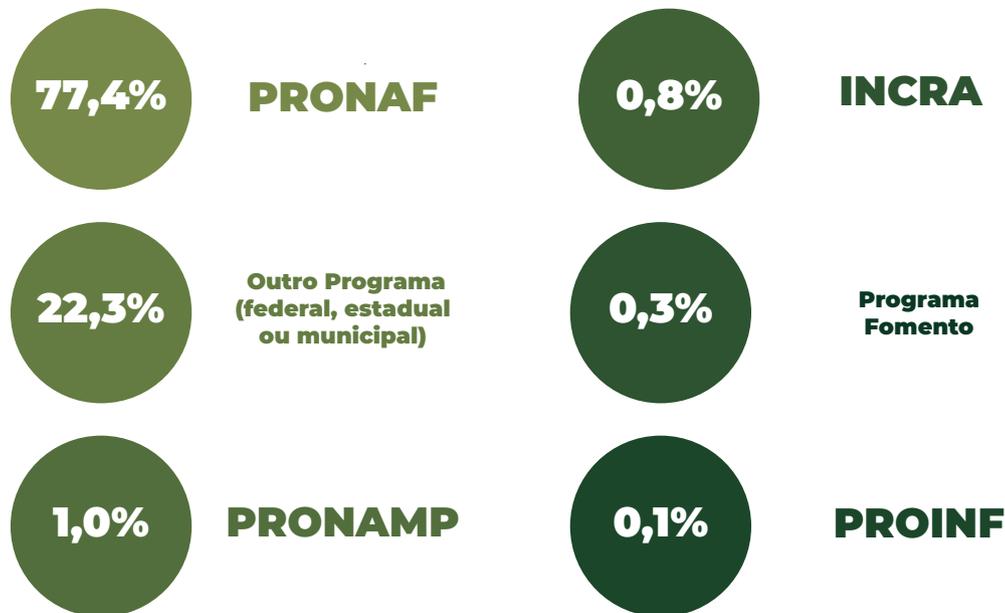
↓12,6% na proporção de estabelecimentos de agricultores familiares que receberam financiamento.

Dentre os 68.955 estabelecimentos de agricultores familiares de Rio Grande do Norte que receberam o financiamento:

ORIGEM DO FINANCIAMENTO



Considerando os 5.026 estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte que receberam financiamento provenientes de programas governamentais de crédito, detalha-se o percentual em cada um desses programas:

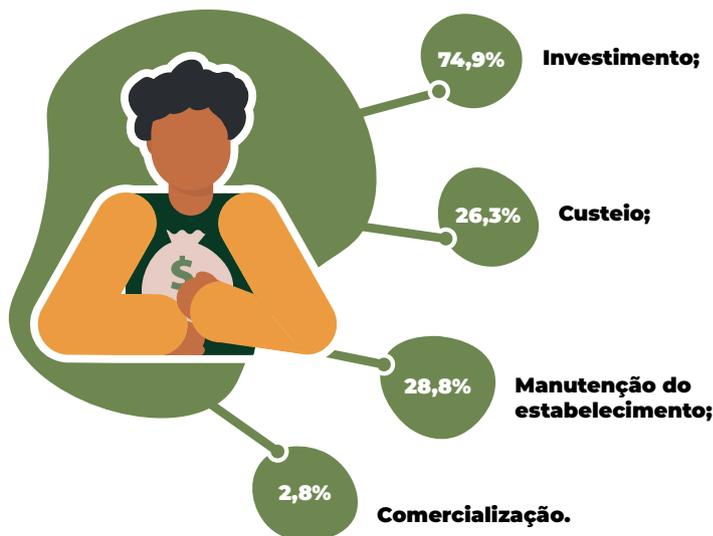


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Nota: a soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois o agricultor familiar responsável pelo estabelecimento pode ter participado de mais de um programa de crédito.

Dentre os 9.280 estabelecimentos de agricultores familiares de Rio Grande do Norte que receberam o financiamento:

Finalidade do Financiamento



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Agente financeiro responsável pelo financiamento



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

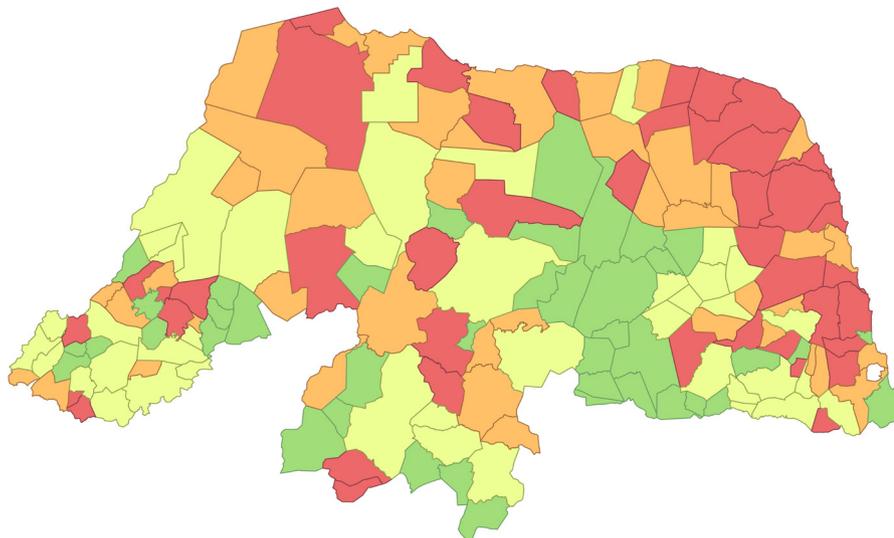
Nota: A soma dos percentuais ultrapassa 100%, porque pode ter mais de um agente financeiro.



RIO GRANDE DO NORTE

Estabelecimento de
Agricultores Familiares

QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO POR MEIO DE PROGRAMAS
DE CRÉDITO DO GOVERNO ESTADUAL



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2019)

TIPO DE AGRICULTOR FAMILIAR EM RELAÇÃO AO PRONAF

Critérios de classificação dos estabelecimentos de agricultura familiar por tipo de PRONAF realizado pelo IBGE

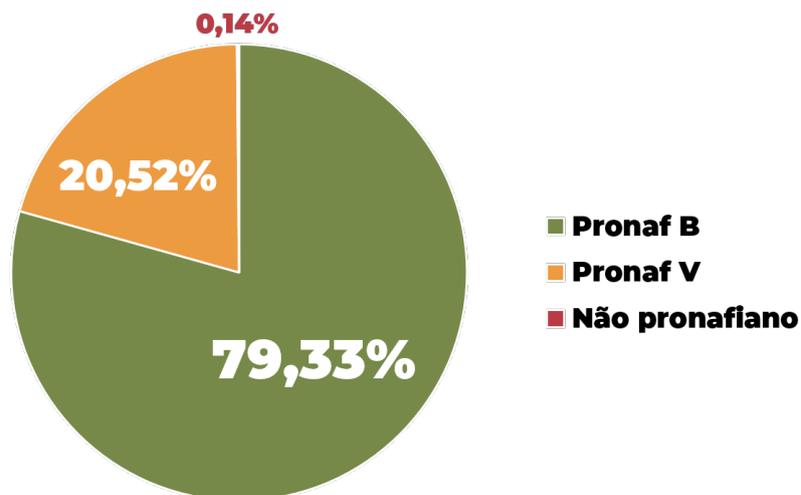
Renda familiar bruta anual menor ou igual a R\$20 mil – **Pronaf B**;

Renda familiar bruta anual maior que R\$ 20 mil e menor ou igual a R\$360 mil – **Pronaf V**;

Renda familiar bruta anual maior que R\$360 mil – **Não Pronafiano**.

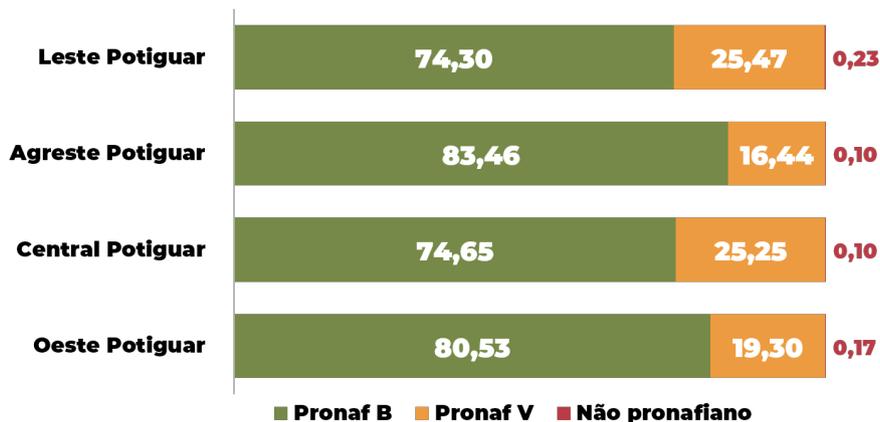


Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte em cada tipo



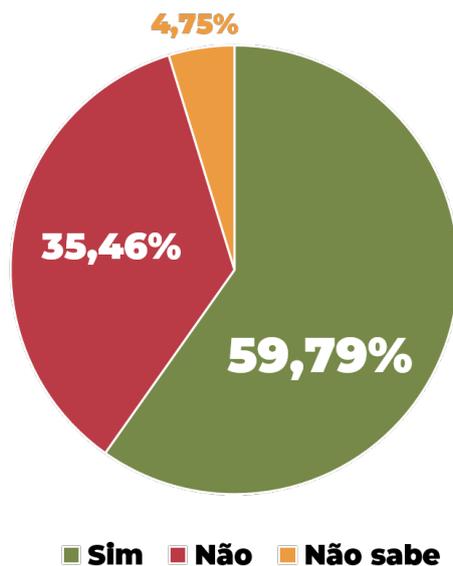
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares do Rio Grande do Norte em cada tipo segmento do PRONAF e por mesorregião



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do Rio Grande do Norte cujo produtor responsável possui DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ou não



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. A.; SOUZA, R. F. Abordagens sobre o processo de desertificação: uma revisão das evidências no Rio Grande do Norte. Geosul, v. 32, n. 65, p. 122-143, 2017.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual do Recenseador. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1131.pdf>

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006 – segunda apuração, Rio de Janeiro: IBGE, outubro de 2009. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segundaapuracao>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. Estados. Rio Grande do Norte. Censo. 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rn>>.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual do Recenseador. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf>

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Questionário. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/downloads/censoagro2017/Quest_Censo_Agro_2017_Valores_10042017.pdf>

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017 - resultados definitivos, Rio de Janeiro: IBGE, outubro de 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>

MORAIS, I. R. D. et al. A desertificação no Seridó Potiguar. In: MOREIRA, E.; TARGINO, I. (Org.). Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: recortes no Brasil, em Portugal e na África. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

NONATO JUNIOR, R.; THÉRY H. O Rio Grande do Norte no Brasil: uma contextualização em onze imagens. Dossiê Rio Grande do Norte, n. 32, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/12315>>

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Recursos Hídricos. Panorama da Desertificação no estado do Rio Grande do Norte. Natal/RN: 2005.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Recursos Hídricos. Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Rio Grande do Norte – PAE/RN. Natal/RN: 2010.

ANEXO 1

As tabelas aqui expostas contêm os valores absolutos de cada uma das variáveis que foram utilizadas para construir os quadros a respeito da “Comparação entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017 para o estado do Rio Grande do Norte” ao longo deste documento. Nesses quadros, calculou-se a variação na proporção das variáveis entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017. Isto porque os dados absolutos desses Censos não podem ser comparados diretamente, pois o período e a data de referências dos Censos são diferentes, além do número total de produtores entrevistados ser diferente em cada um deles.

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários e de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Número de estabelecimentos Agropecuários	Número de estabelecimentos da agricultura familiar	%
2006	83.053	71.210	85,74
2017	63.452	50.680	79,87

Tabela 2: Gênero dos agricultores familiares responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Homem	%	Mulher	%
2006	62.760	88,13	8.450	11,87
2017	42.285	83,44	8.395	16,56

Tabela 3: Classe de idades dos agricultores familiares responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	2006	%	2017	%
Menor de 25 anos	2.280	3,20	680	1,34
De 25 a menos de 35 anos	9.243	12,98	3.989	7,87
De 35 a menos de 45 anos	14.177	19,91	8.265	16,31
De 45 a menos de 55 anos	14.676	20,61	11.839	23,36
De 55 a menos de 65 anos	15.174	21,31	11.866	23,41
De 65 anos e mais	15.660	21,99	14.014	27,71

Tabela 4: Tipo de pessoal ocupado sem laço de parentesco nos estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	PEA AF Sem Laço	Permanentes	Temporários	Parceiros
2006	19.320	1.444	17.760	116
%		7,47	91,93	0,60
2017	26.338	2.540	23.487	311
%		9,60	89,20	1,20

Nota 1: PEA_AF – População Economicamente Ativa nos estabelecimentos da agricultura familiar.

Nota 2: Em 2006, pessoal ocupado sem laço de parentesco se subdividia em: temporário, permanente, parceiro e outros. Em 2017, era apenas: temporário, permanente e parceiro.

Tabela 5: Pessoal ocupado nos estabelecimentos de agricultores familiares com e sem laço de parentesco no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Total_PEA_AF	Com Laço	Sem Laço
2006	191.545	171.657	19.888
%		89,62	10,38
2017	145.003	118.665	26.338
%		81,84	18,16

Tabela 6: Grupos de área dos estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

Grupos de área	2006	%	2017	%
Total	71.210		50.680	
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1.501	2,11	176	0,35
De 0,1 a menos de 0,2 ha	705	0,99	129	0,25
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2.026	2,85	591	1,17
De 0,5 a menos de 1 ha	4.108	5,77	2.191	4,32
De 1 a menos de 2 ha	8.999	12,64	4.910	9,69
De 2 a menos de 3 ha	5.969	8,38	3.994	7,88
De 3 a menos de 4 ha	4.444	6,24	3.252	6,42
De 4 a menos de 5 ha	2.955	4,15	2.413	4,76
De 5 a menos de 10 ha	9.227	12,96	8.005	15,80
De 10 a menos de 20 ha	11.031	15,49	9.989	19,71
De 20 a menos de 50 ha	10.443	14,67	9.717	19,17
De 50 a menos de 100 ha	4.212	5,91	3.400	6,71
De 100 a menos de 200 ha	1.294	1,82	1.360	2,68
De 200 a menos de 500 ha	156	0,22	132	0,26
De 500 a menos de 1.000 ha	7	0,010	2	0,004
De 1.000 a menos de 2.500 ha	2	0,003	0	0,00
Mais de 2.500 ha	0	0,00	1	0,00
Produtor sem área	4.131	5,80	13.346	26,33

Tabela 7: Estabelecimentos que fazem uso de agrotóxico de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Total	Utilizou agrotóxico
2006	71.210	20.429
%		28,70
2017	50.680	17.886
%		35,29

Tabela 8: Número de estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017 com recursos hídricos

	Total	Com recurso hídrico
2006	71.210	28.328
%		39,80
2017	50.680	43.480
%		85,80

Tabela 9: Tipos de recursos hídricos nos estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	2006	%	2017	%
Total	28.328		43.480	
Nascentes protegidas por matas	1.292	4,56	949	2,18
Nascentes não protegidas por matas	1.320	4,66	550	1,26
Rios protegidos por matas	8.487	29,96	10.275	23,63
Rios não protegidos por matas	12.491	44,09	8.102	18,63
Poços convencionais	8.039	28,38	9.171	21,09
Poços artesianos/semi ou tubulares	3.962	13,99	9.138	21,02
Cisternas	25.194	88,94	33.954	78,09

Tabela 10: Irrigação nos estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Total	Tem sistema de irrigação
2006	71.210	4.605
%		6,50
2017	50.680	7.031
%		13,90

Tabela 11: Estabelecimentos de agricultores familiares do estado do Rio Grande do Norte por grupos de atividade econômicas nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	2006	%	2017	%
Total	71.210		50.680	
Produção de lavouras temporárias	28.258	39,68	14.434	28,48
Horticultura e floricultura	1.249	1,75	1.121	2,21
Produção de lavouras permanentes	7.369	10,35	3.626	7,15
Produção de sementes/mudas certificadas	4	0,01	9	0,02
Pecuária e criação de outros animais	31.869	44,75	30.800	60,77
Produção florestal -florestas plantadas	883	1,24	277	0,55
Produção florestal -florestas nativas	1.759	1,62	308	0,61
Pesca	184	0,26	57	0,11
Aquicultura	239	0,34	48	0,09

Tabela 12: Estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte com agricultura orgânica nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Total	Com produção orgânica
2006	71.210	1.895
		2,66
2017	50.680	1.407
		2,80

Tabela 13: Energia nos estabelecimentos dos agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Total	Com energia elétrica	Sem Energia
2006	71.210	54.405	16.805
		76,40	23,60
2017	50.680	45.602	4.993
		90,00	9,85

Tabela 14: Assistência técnica nos estabelecimentos dos agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Total	Tem orientação técnica	Não tem orientação técnica
2006	71.210	14.639	56.571
		20,56	79,44
2017	50.680	7.106	43.574
		14,0	86,00

Tabela 15: Estabelecimentos de agricultores familiares do estado do Rio Grande do Norte por tipos de assistência técnica obtida nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	2006 (n=14.639)	%	2017 (n=7.106)	%
Governo (federal, estadual ou municipal)	9.424	64,38	4.283	60,30
Própria ou do próprio produtor	2.191	14,97	1.963	27,60
Cooperativas	1.300	8,88	365	5,10
Empresas integradoras	355	2,43	76	1,10
Empresas privadas de planejamento	1.090	7,45	46	0,60
Organização não-governamental (ONG)	430	2,94	56	0,80
Outra	243	1,66	765	10,80

Tabela 16: Maquinário nos estabelecimentos dos agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	Total	Semeadeiras/ plantadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário
2006	463	347	69	47
		74,95	14,90	10,15
2017	287	193	60	34
		67,2	20,90	11,80

Tabela 17: Estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte associados a entidade de classe nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	2006	%	2017	%
Total	71.210		50.680	
É associado	34.216	48,05	23.266	45,91
Não é associado	36.994	51,95	27.414	54,09

Tabela 18: Estabelecimentos de agricultores familiares no estado do Rio Grande do Norte que receberam financiamento nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

	2006	%	2017	%
Total	71.210		50.680	
Tiveram financiamento	14.926	20,96	9.280	18,31

ANEXO 2

TOP 10 do valor da produção das culturas permanentes produzidas pela agricultura familiar PARA CADA MESORREGIÃO do estado do Rio Grande do Norte (MIL REAIS)

Tabela 19: Oeste Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Banana	R\$ 12.499,00
2	Caju (castanha)	R\$ 8.806,00
3	Mamão	R\$ 4.711,00
4	Caju (fruto)	R\$ 1.427,00
5	Manga	R\$ 1.088,00
6	Acerola	R\$ 402,00
7	Coco-da-baía	R\$ 300,00
8	Maracujá	R\$ 50,00
9	Limão	R\$ 20,00
10	Goiaba	R\$ 8,00

Tabela 20: Central Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Caju (castanha)	R\$ 3.088,00
2	Maracujá	R\$ 2.018,00
3	Banana	R\$ 1.319,00
4	Caju (fruto)	R\$ 1.208,00
5	Fruta-de-conde	R\$ 966,00
6	Acerola	R\$ 151,00
7	Coco-da-baía	R\$ 131,00
8	Goiaba	R\$ 104,00
9	Outros produtos	R\$ 88,00
10	Mamão	R\$ 51,00

Tabela 21: Agreste Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Maracujá	R\$ 1.721,00
2	Caju (castanha)	R\$ 658,00
3	Caju (fruto)	R\$ 551,00
4	Coco-da-baía	R\$ 393,00
5	Banana	R\$ 139,00
6	Mamão	R\$ 60,00
7	Goiaba	R\$ 18,00
8	Fruta-de-conde	R\$ 13,00

Tabela 22: Leste Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Banana	R\$ 11.562,00
2	Coco-da-baía	R\$ 5.327,00
3	Caju (fruto)	R\$ 3.792,00
4	Caju (castanha)	R\$ 1.816,00
5	Mamão	R\$ 519,00
6	Goiaba	R\$ 252,00
7	Graviola	R\$ 241,00
8	Maracujá	R\$ 154,00
9	Acerola	R\$ 43,00
10	Outros produtos	R\$ 22,00

ANEXO 3

TOP 10 do valor da produção das culturas temporárias produzidas pela agricultura familiar PARA CADA MESORREGIÃO do estado do Rio Grande do Norte (MIL REAIS)

Tabela 23: Oeste Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Feijão fradinho em grão	R\$ 11.524,00
2	Milho em grão	R\$ 10.731,00
3	Melancia	R\$ 5.572,00
4	Sorgo forrageiro	R\$ 2.893,00
5	Feijão verde	R\$ 2.295,00
6	Melão	R\$ 2.169,00
7	Arroz em casca	R\$ 2.029,00
8	Sorgo em grão	R\$ 1.900,00
9	Outros produtos	R\$ 1.843,00
10	Forrageiras para corte	R\$ 1.778,00

Tabela 24: Central Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Mandioca (aipim, macaxeira)	R\$ 3.803,00
2	Forrageiras para corte	R\$ 3.637,00
3	Milho em grão	R\$ 2.696,00
4	Feijão fradinho em grão	R\$ 2.428,00
5	Feijão verde	R\$ 1.117,00
6	Melancia	R\$ 1.017,00
7	Sorgo forrageiro	R\$ 664,00
8	Fava em grão	R\$ 554,00
9	Abóbora, moranga, jerimum	R\$ 514,00
10	Melão	R\$ 446,00

Tabela 25: Agreste Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Mandioca (aipim, macaxeira)	R\$ 27.553,00
2	Milho em grão	R\$ 3.232,00
3	Palma forrageira	R\$ 3.066,00
4	Cana-de-açúcar	R\$ 2.678,00
5	Feijão verde	R\$ 2.595,00
6	Abacaxi	R\$ 2.277,00
7	Feijão fradinho em grão	R\$ 1.995,00
8	Forrageiras para corte	R\$ 939,00
9	Fava em grão	R\$ 432,00
10	Melancia	R\$ 195,00

Tabela 26: Leste Potiguar

Colocação	Tipo de cultura	Valor da produção
1	Mandioca (aipim, macaxeira)	R\$ 18.701,00
2	Feijão verde	R\$ 4.585,00
3	Abacaxi	R\$ 4.468,00
4	Cana-de-açúcar	R\$ 3.190,00
5	Abóbora, moranga, jerimum	R\$ 1.510,00
6	Milho em grão	R\$ 1.379,00
7	Outros produtos	R\$ 715,00
8	Feijão fradinho em grão	R\$ 625,00
9	Melancia	R\$ 481,00
10	Forrageiras para corte	R\$ 313,00

ANEXO 4

TOP 10 do efetivo da pecuária dos estabelecimentos da agricultura familiar PARA CADA MESORREGIÃO do estado do Rio Grande do Norte (Número de Cabeças)

Tabela 27: Oeste Potiguar

Colocação	Tipo de efetivo da pecuária	Quantidade de cabeças
1	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	737.819
2	Ovinos	181.774
3	Bovinos	161.204
4	Caprinos	103.799
5	Suíños	35.513
6	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	27.711
7	Equinos	8.716
8	Codornas	7.452
9	Asininos	5.560
10	Perus	5.026

Tabela 28: Central Potiguar

Colocação	Tipo de efetivo da pecuária	Quantidade de cabeças
1	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	292.021
2	Bovinos	98.443
3	Ovinos	91.224
4	Caprinos	52.810
5	Suíños	20.973
6	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	9.759
7	Equinos	4.156
8	Asininos	3.415
9	Perus	2.575
10	Muares	1.384

Tabela 29: Agreste Potiguar

Colocação	Tipo de efetivo da pecuária	Quantidade de cabeças
1	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	546.122
2	Bovinos	86.925
3	Ovinos	35.431
4	Caprinos	14.885
5	Suínos	14.582
6	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	9.224
7	Equinos	7.035
8	Perus	3.918
9	Asininos	1.750
10	Muare	1.263

Tabela 30: Leste Potiguar

Colocação	Tipo de efetivo da pecuária	Quantidade de cabeças
1	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	198.094
2	Bovinos	27.755
3	Codornas	11.235
4	Ovinos	11.115
5	Suínos	5.690
6	Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	3.574
7	Equinos	3.114
8	Caprinos	2.633
9	Perus	1.002
10	Muare	322

Nota explicativa sobre a fonte dos dados

Para a confecção deste material, utilizou-se dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e de 2017. Essa é uma pesquisa realizada pelo IBGE, com o intuito de apresentar o cenário agropecuário brasileiro. A sua unidade de análise compreende toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal e aquícola, independentemente de seu tamanho. O questionário é o seu principal instrumento de coleta de dados, por meio do qual se obtêm informações detalhadas sobre as características do produtor (tais como idade, renda, escolaridade, grau de instrução, entre outros), características do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, produção, pecuária, lavoura, agroindústria, entre outros pontos (IBGE, 2018).

O IBGE, por meio do Censo Agropecuário, empenha-se em entrevistar todos os estabelecimentos rurais do Brasil. No entanto, pela dificuldade de acesso, ausência ou recusa do produtor, nem sempre é possível tamanha abrangência. Ressalta-se que as respostas ao questionário do Censo Agropecuário são autodeclaradas. Os pesquisadores, que usam dessa base de dados, devem estar cientes quanto a isso, uma vez que os entrevistados podem vir a omitir algumas informações ou trazê-las de forma incompleta.

Os dados do Censo Agropecuário são disponibilizados pelo IBGE de diferentes formas e níveis de agregação e detalhamento das variáveis. Primeiramente, após a realização do Censo, é confeccionado o plano de divulgação dos resultados que abrange dois conjuntos de tabulações: (i) divulgação preliminar dos dados e informações que não incluem variáveis referentes a valores monetários ou a tipologias específicas, tendo seus dados disponibilizados nos níveis estadual e municipal; (ii) compreende informações mais detalhadas sobre os resultados definitivos que são divulgadas em um período posterior (no qual se teve acesso para a confecção desta Cartilha).

Ambos conjuntos de tabulações são disponibilizados para consultas e downloads no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), por meio do Portal do IBGE. O banco de dados do Censo Agropecuário, disponibilizado no SIDRA, armazena dados previamente agregados, em um sistema de recuperação de tabelas, que permite que o pesquisador reúna as informações de modo a atender necessidades específicas. Nesse ambiente, a sua menor desagregação é em âmbito municipal, além disso, não são disponibilizadas todas as variáveis coletadas no Censo Agropecuário.

Outro detalhe é a data de referência, sendo que a do último Censo Agropecuário é 30 de setembro de 2017 e o período de referência é entre 1 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017. Nesse sentido, os Censos Agropecuários, a exemplo de 2006 e de 2017, não são diretamente comparáveis, em função dos períodos de referência serem diferentes e devido às várias questões levantadas não fazerem parte do questionário do atual censo, comparando-o ao anterior e vice-versa.

Isso acontece porque os censos agropecuários ocorrem a cada década e, comumente, há modificações no método teórico de pesquisa entre eles, de modo a adequar as perguntas ao cenário do ano vigente. Além disso, o último Censo Agropecuário, realizado entre os anos de 2016 e 2017, passou por diversas restrições orçamentárias que repercutiram na redução de algumas perguntas do questionário, diminuindo, em parte, o seu escopo de investigação.

Organização:

FUNARBE
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

UFV
Universidade Federal
de Viçosa



IPPDS
Instituto de Políticas Públicas e
Desenvolvimento Sustentável



AKSAAM

Financiamento

**JLFIDA**

Investindo nas populações rurais

